REPRODUÇÃO/ X

Rainha do pop já está no Rio para show icônico



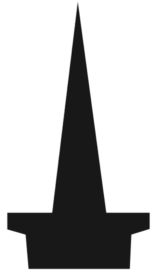
Encerrando sua turnê "The Celebration Tour", Madonna (à direita) promete transformar a praia de Copacabana na maior pista de dança do mundo. Mais de 1,5 milhão de pessoas são esperadas. Confira todos os detalhes! 20



R$1

TERÇA-FEIRA
30 de abril de 2024
Ano 51, nº 16.758
www.jornaldebrasilia.com.br
Assinaturas: 0800-612221

Jornal de Brasília



CONCURSO

MAIS 200 VAGAS ABERTAS NO GOVERNO FEDERAL

Ministério da Gestão e Inovação abre nova seleção para candidatos com nível superior completo em áreas de tecnologia, logística e gestão. Salários chegam a R$ 8,3 mil. 18

MAYRA DIAS



Três prédios são interditados em Planaltina

Corpo de Bombeiros foi acionado no domingo depois que moradores perceberam rachaduras e ouviram estalos nas edificações, situadas na quadra 18 de Buritis 4. Defesa Civil avalia se há riscos de desabamento. 12

PMDF apura tortura em soldado da corporação

Vítima teria sido agredida por colegas do Batalhão de Choque para desistir de curso de formação. Justiça mandou prender 14 militares. 3

Conta de água vai subir 9,88% em 1º de junho 4

Crematório começa a funcionar hoje 2

Saúde acende alerta para a febre amarela 17



CREMATÓRIO

Serviço começa a funcionar hoje

Incineração de corpos no DF custará R$ 6 mil e, de restos mortais ou membros, R$ 1.206,16

O primeiro crematório do Distrito Federal foi inaugurado ontem, no complexo do Cemitério Campo da Esperança, na Asa Sul. Com isso, o espaço passa a funcionar diariamente a partir de hoje, das 8h às 18h.

A nova estrutura está localizada à direita do portão principal do Campo da Esperança, e tem capacidade para até 12 cremações por dia. No entanto, o limite será adequado ao horário de funcionamento. Não há, até o momento, previsão de serviço noturno.

No último dia 17 de abril, a Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (Sejus) recebeu, do Instituto Brasília Ambiental, a licença que faltava para o funcionamento do crematório. Segundo a titular da pasta, Marcela Passamani, a abertura do espaço representa a concretização de uma demanda antiga dos moradores do DF.

"Agora a gente conseguiu efetivar esse projeto, trazendo mais conforto a esses familiares que querem optar por essa cerimônia de despedida do seu ente querido que se foi, mas não tínhamos crematório aqui no DF. Iniciamos as operações a partir de hoje, depois de uma demanda de mais de 20 anos da população, atendida pelo nosso governador Ibaneis Rocha", ressalta Passamani.

De acordo com a secretária, trata-se de um assunto delicado, mas que tem muita importância. "É um tema difícil, uma pauta difícil de ser falada, mas a cidade precisa de um olhar atento do governo em todas as áreas. Eu acredito que esta é mais uma prova de respeito do governador com a população, para mostrar que o governo não existe para falar apenas de pautas positivas, mas das necessárias", destaca.

O DF realiza, em média, 1.046 sepultamentos por mês, e a Sejus é responsável por regular e fiscalizar os serviços cemiteriais e funerários.

PAULO H. CARVALHO/AGÊNCIA BRASÍLIA



Espaço tem capacidade para 40 pessoas, uma câmara fria para armazenar até seis urnas funerárias, um forno-crematório, uma sala de resíduos para descarte de materiais e um banheiro com acessibilidade

Desenho arquitetônico do Crematório acompanha o mesmo princípio da concepção que Lúcio Costa adotou para o cemitério, formado por uma espiral definida a partir do octógono.

Funcionamento e estrutura

O prédio do crematório ocupa uma área de 289 metros quadrados. No espaço há um local de despedida com capacidade para 40 pessoas, uma câmara fria para armazenar até seis urnas funerárias, um forno-crematório, uma sala de resíduos para descarte de materiais como luvas e aventais dos funcionários e itens que não serão incinerados, como flores, e um banheiro com acessibilidade.

A cremação de corpos custa R$ 6 mil e de restos mortais ou membros, R$ 1.206,16. O prazo para entrega das cinzas é de até 72 horas. Caso a família solicite urgência, é cobrada taxa extra de R$ 967,50 para que as cinzas sejam entregues em até 24 horas. A execução dos serviços é de responsabilidade da Concessionária Campo da Esperança.

12
CREMAÇÕES POR DIA PODEM SER FEITAS

O desenho arquitetônico do Crematório acompanha o mesmo princípio da concepção que o urbanista Lúcio Costa adotou para o desenho do cemitério, formado por uma espiral definida a partir do octógono. Dessa forma, no momento da despedida do ente querido, há a entrada de luz em todas as fachadas, por meio das aberturas e janelas.

SERVIÇO

Agendamento

- Para agendar tanto a cremação quanto outros serviços cemiteriais, como velório, exumação e sepultamento, deve-se ligar para a central de atendimento telefônico – (61) 3245-7841.
- No dia da cerimônia, o representante da família deverá apresentar na administração do cemitério a documentação necessária.
- Novo prédio localizado no cemitério Campo da Esperança, na Asa Sul, tem capacidade para 12 cremações por dia. Estrutura funcionará diariamente, das 8h às 18h

Jornal de Brasília
Fundado em 10 de dezembro de 1972

Editora JORNAL DE BRASÍLIA Ltda.
CNPJ - 08.337.317/0001-20
TELEFONE GERAL: (61) 3343-8000
ENDEREÇO: SIG/Sul - Qd. 01 - Lote 765
Brasília - DF - CEP.: 70.610-410

Instituto Verificador de Comunicação IVC
ANJ Associação Nacional de Jornais www.anj.org.br

Preço da assinatura (DF e GO):
ANUAL: R$ 260,00 – SEMESTRAL: R$ 135,00
Vendas avulsas (DF e GO): R$ 1,00
Vendas avulsas (Outros Estados): R$ 3,00

Classificados: (61) 99637-6993
Sucursal São Paulo: (11) 5097-6777
Dep. Comercial: (61) 3343-8180
Sucursal Rio de Janeiro: (21) 3459-8848

Atendimento ao leitor: (61) 3343-8012 e 3343-8134
Atendimento ao assinante: (61) 3253-9257 e 3254-3947

EDITOR-CHEFE - IMPRESSO
Ricardo Nobre (ricardo.nobre@grupojbr.com)

EDITORA-EXECUTIVA - IMPRESSO
Larissa Galli (larissa.galli@grupojbr.com)

EDITOR-CHEFE - ON LINE
Lindauro Gomes (lindauro.gomes@grupojbr.com)

Telefones: (61) 3343-8000 e 3343-8100
E-mail: redacao@grupojbr.com

EDITORES
Ivana Antunes (ivana.antunes@grupojbr.com)
Laezia Bezerra (laezia.bezerra@grupojbr.com)
Thatyane Nardelli (thatyane.nardelli@grupojbr.com)
Thiago Henrique de Morais (thiago.morais@grupojbr.com)

INVESTIGAÇÃO

PMs são presos suspeitos de torturar colega

Soldado alega ter sofrido agressões físicas e psicológicas dentro do Batalhão de Choque para desistir de curso de formação

MAYRA DIAS
redacao@grupojbr.com



DIVULGAÇÃO/PMDF

Em nota, a PMDF diz que a "Corregedoria instaurou inquérito para investigar o caso. Todas as circunstâncias estão sendo apuradas"

Um policial militar denunciou tortura por parte de colegas da corporação dentro do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), no Setor Policial Sul, em Brasília. Segundo o soldado Danilo Martins, ele foi agredido para que desistisse de um curso de formação. Após a ocorrência, 14 militares foram presos temporariamente nessa segunda-feira. Entre os presos, estão dois tenentes, cinco sargentos, um subtenente, um cabo, três soldados e um capitão. Eles ficarão detidos no 19º Batalhão da PM, dentro do Complexo Penitenciário da Papuda.

A operação foi coordenada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) através da 3ª Promotoria de Justiça Militar e a Corregedoria da Polícia Militar do Distrito Federal. Também foi determinado o afastamento do comandante do BPChoque até o encerramento das apurações do ministério e da Corregedoria da PM.

A vítima ficou internada no hospital por seis dias e, apesar de já ter deixado a UTI, segue no quarto aguardando resultados de novos exames. Ele ficou com uma lesão cerebral que afeta visão e audição.

De acordo com o relato de Danilo Martins, foram 8 horas dentro do Batalhão sendo torturado, até que ele resolveu assinar o termo de desistência do curso, mesmo sem entender o motivo das agressões. A PMDF informou que a Corregedoria abriu um inquérito para apurar o caso e disse que o "tenente apontado como o responsável por liderar as agressões se desligou da coordenação voluntariamente, enquanto o caso é investigado".

Segundo depoimento da vítima à Corregedoria e à Promotoria de Justiça Militar do DF, por volta das 8h15, o coordenador do curso de Patamo o retirou no momento da apresentação dos uniformes e itens do curso. O superior teria dito que o soldado "não formaria no curso e que ele não mediria esforços para fazer com que ele desistisse, nem que fosse na base da 'trairagem'".

Danilo relatou que se inscreveu no curso de Patrulhamento Tático Móvel de 2024. No dia 22 de abril, haveria a apresentação, onde são tratadas questões documentais, de alojamento, cerimonial e toda a logística do curso. Segundo ele, houve diversas recusas de assinar a desistência, até que o tenente coordenador do curso de Patrulhamento Tático Móvel iniciou as agressões contra ele, juntamente com outros policiais.

Agressões

Na denúncia feita ao MPDFT, Danilo conta que foi atacado com gás lacrimogêneo e gás de espuma, obrigado a tomar café com sal e pimenta, além de ter sido agredido com pauladas, chutes no joelho, no rosto e no estômago. Além disso, Danilo afirmou às autoridades que recebia os chutes e era obrigado a ficar em posição de flexão enquanto levava pauladas na cabeça. Em nota, a corporação negou que o policial tenha sido forçado a assinar a desistência e disse que "não há que se falar em tortura".

No hospital, ele foi diagnosticado com insuficiência renal, rabdomiólise - ruptura do músculo esquelético-, ruptura no menisco, hérnia de disco e lesões lombar e cerebral. Danilo é escritor e atleta, e já venceu uma competição internacional de futebol dentro da Polícia Militar.

Soldado conta que foi atacado com gases lacrimogênio e de espuma, obrigado a tomar café com sal e pimenta, levou chutes no joelho, no rosto e no estômago, além de pauladas na cabeça.

Nota da PMDF

"Durante as atividades do curso de Patrulhamento Tático Móvel, no dia 22 de abril, um aluno solicitou desligamento após passar pela etapa inicial do curso e exercícios físicos previstos. Apesar de sair do batalhão alegando que estava bem, o referido aluno procurou atendimento hospitalar apresentando quadro compatível com rabdomiólise e alegando ter sido agredido", diz a nota.

"Nesse sentido, a Corregedoria da PMDF já instaurou Inquérito Policial Militar para apurar o caso, e que já está sendo acompanhado pelo Ministério Público. O coordenador do curso solicitou o seu desligamento voluntário para que as apurações transcorra da forma mais transparente possível", continua.

"O desligamento do aluno foi de forma voluntária, bem como o afastamento do tenente da coordenação do curso. Não há que se falar em tortura, pois, todas as circunstâncias estão sendo apuradas respeitando todos os trâmites legais, em especial a ampla defesa e contraditório dos envolvidos. A PMDF está em contato com o policial e a família prestando todo apoio possível", completa.

CRIME

PCDF prende suspeito de matar servidor do Ibram

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) prendeu na tarde de ontem, o suspeito de assassinar Caio Augusto de Souza, 31 anos, servidor do Instituto Brasília Ambiental (Ibram). Ele foi morto com três tiros na noite de 8 de março, na Quadra 45, na Vila São José, em Brazlândia.

Considerado foragido desde o dia 1º, quando o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) emitiu mandado de prisão, Brendo Washington Souza Santos, de 27 anos, foi preso em Águas Lindas (GO), com um iPhone 8.

A polícia investiga se o crime contou com a participação de outras pessoas. Denúncias podem ser feitas de forma anônima pelo número 197.

Relembre o caso

No dia do ocorrido, o brigadista estava dentro do carro, um Corsa vermelho, e um Honda Civic cinza, se aproximou com os faróis apagados, ficando lado a lado com o veículo da vítima.

Três disparos de arma de fogo foram efetuados contra o servidor, que morreu na hora. Caio deixou um filho de nove anos. O caso é investigado pela 18ª Delegacia de Polícia, em Brazlândia.

Em depoimento à polícia, a amiga que a vítima havia ido encontrar na ocasião declarou que chegou a ouvir os disparos e foi com os irmãos verificar o que tinha ocorrido. No local, encontraram Caio Augusto agonizando. Quando o socorro chegou, ele estava morto e debruçado sobre o volante do veículo. (*Mayra Dias, do JBr*)

TRÁFICO INTERNACIONAL

Drogas chegaram via Sedex

Na manhã da última sexta-feira (26) a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) prendeu em Samambaia dois homens, de 24 e 51 anos, pelo crime de tráfico de drogas interestadual. Eles encomendaram anabolizantes e MDMA pelos Correios, via Sedex.

As prisões foram resultado da Operação *Bad Delivery 2*, iniciada após cães farejadores da Receita Federal identificarem que duas encomendas suspeitas continham substâncias ilícitas. De acordo com os policiais, as duas caixas tinham Samambaia como destino.



DIVULGAÇÃO/PCDF

Na primeira entrega, o homem de 51 anos, recebeu uma caixa com 139 ampolas de anabolizantes

Na primeira entrega, o homem de 51 anos recebeu uma caixa com 139 ampolas de anabolizantes e foi preso em flagrante, em casa. Na segunda, o destinatário, de 24 anos, não estava em casa, e quem recebeu a encomenda foi a mãe dele.

As investigações apontam que o homem trabalhava em uma loja em Vicente Pires, onde foi preso também em flagrante pelo crime de tráfico de drogas. A caixa que ele encomendou continha 200g de MDMA.

Ambos foram encaminhados à carceragem da Polícia Civil do DF, onde permanecem à disposição da Justiça. A pena, se condenados, pode chegar a 15 anos de reclusão. (*Mayra Dias, do JBr*)

SANEAMENTO

CRISTIANO CARVALHO/CAESB



A Caesb, em parceria com a Neoenergia e a América Energia, substituiu o medidor de energia na ETE Recanto das Emas por um novo, já com as funcionalidades do Mercado Livre de Energia

Conta de água fica mais cara

Reajuste será de 9,88%, a partir do dia 1º de junho, com validade até maio de 2025

Foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) dessa segunda-feira (29), a Resolução nº 36, que define o Reajuste Tarifário Anual – RTA/2023 e a 4ª Revisão Tarifária Periódica – 4ª RTP dos serviços públicos prestados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb). Das 11 contribuições recebidas em audiência pública realizada pela agência há duas semanas, quatro foram acatadas e duas acatadas parcialmente. O impacto da resolução, que valerá a partir do próximo dia 1º de junho até 31 de maio de 2025, será de 9,88%.

A revisão tarifária periódica e o reajuste tarifário anual estão previstos no contrato de concessão assinado entre a Adasa e a Caesb em 2006. "As revisões tarifárias acontecem a cada quatro anos e têm como objetivo reavaliar os custos da companhia reconhecendo na tarifa apenas os custos considerados eficientes pela Adasa. Isso incentiva a Caesb a buscar maior eficiência, reduzir custos e, consequentemente, beneficiar o consumidor sem comprometer a qualidade do serviço prestado", explica o superintendente de Estudos Econômicos e Financeiros substituto da Agência, Diogo Ferreira.

Já o reajuste tarifário é realizado anualmente e tem o objetivo de recompor o poder de compra da concessionária com base na inflação. "É uma cesta de índices que atualiza anualmente o valor da tarifa para recompor as perdas inflacionárias. Com o aumento de 9,88% nas tarifas, um pagamento de R$ 100,00, por exemplo, a partir de 1º de junho de 2024, passará a ser de R$ 109,88, quando os novos preços entrarem em vigor", complementou.

A revisão tarifária periódica e o reajuste tarifário anual são fundamentais para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e para a adequada prestação dos serviços públicos.

Mercado Livre

A partir de 1º de maio, a Caesb entrará no Mercado Livre de Energia. A empresa inicia a migração do mercado cativo para o mercado livre, ambiente em que pode adquirir a energia diretamente das empresas geradoras ou comercializadoras. Com a medida, a economia será de R$ 54,5 milhões anuais.

"A perspectiva é economizar R$ 200 milhões ao longo de 44 meses, com a redução de 35% das despesas de energia elétrica da companhia. Trata-se de uma importante medida para a racionalização dos recursos da empresa, afinal uma das maiores despesas do setor de saneamento é a energia elétrica, utilizada em todas as etapas dos processos para o tratamento de água e de esgoto", explica o presidente da Caesb, Luís Antônio Reis. No ano passado, a companhia gastou mais de R$ 190 milhões em energia elétrica, o equivalente a 290.651.004 kWh consumidos em todas suas instalações.

A energia elétrica é necessária desde a captação da água nos mananciais, passando pelas elevatórias que a transportam para o tratamento nas estações e, na sequência, a distribuição até os imóveis de cada um dos moradores atendidos. Após a produção de esgoto nos imóveis, a energia é necessária para o tratamento e para a destinação final dos efluentes.

A partir de 1º de maio, a Caesb entrará no Mercado Livre de Energia, com a migração do mercado cativo para o mercado livre, ambiente em que pode adquirir a energia direto das empresas geradoras ou comercializadoras. Com a medida, a economia será de R$ 54,5 milhões anuais.

Neste mês, a Caesb, em parceria com a Neoenergia e a América Energia, realizou o comissionamento da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Recanto das Emas, ao substituir o medidor de energia por um novo já com as funcionalidades do Mercado Livre de Energia.

Redução de custos

O diretor de Operação e Manutenção da Caesb, Carlos Eduardo Borges Pereira, apresentou o cronograma das próximas unidades que migrarão para o mercado livre. "Nosso levantamento mostrou que dez unidades representam 75% dos nossos gastos de energia. Por isso, migraremos os sistemas das estações de tratamento de esgoto (ETEs) Sul, Norte e Melchior, Estação de Tratamento de Água (ETA) Brasília, Lago Norte e Rio Descoberto, Elevatória de Água Tratada Taguatinga Sul e Elevatórias de Água Bruta Torto e Rio Descoberto ao longo deste ano", pontuou.

Os grandes consumidores de energia elétrica podem adquirir energia diretamente das empresas geradoras. Com isso, é possível reduzir os custos incorporados pelas distribuidoras de energia, dentro do Ambiente de Contratação Livre (ACL), segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda da energia elétrica. Essas operações são objetos de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.



AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. – ABGF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO DE 2023

Ao Acionista,

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A - ABGF apresenta o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, como forma de estreitar o seu relacionamento com a sociedade, por meio da divulgação de suas atividades e resultados, materializando o compromisso com a transparência e a prestação de contas.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis da ABGF relativos ao exercício de 2023, que foram elaborados com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as exigências da Lei das Sociedades por Ações e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicáveis.

1 Apresentação

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) é uma empresa pública de capital fechado de direito privado, criada na forma do art. 37 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, vinculada ao Ministério da Fazenda, que tem por objeto a constituição, a administração, a gestão e a representação de fundos garantidores e a execução de todos os serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação (SCE), inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados, nos termos do art. 4º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979.

A estrutura de governança corporativa está organizada em dois pilares de sustentação, sendo um orientado para gestão corporativa e o outro para fiscalização e controle, sendo composta pelos seguintes entes estatutários: Assembleia Geral de Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Diretoria-Executiva, Comitê de Auditoria e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração. A ABGF conta ainda, em sua estrutura corporativa com Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, e Auditoria Independente contratada.



A Assembleia Geral de Acionista é órgão máximo da ABGF, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto. A União é o único acionista da Empresa e, é representada nas assembleias pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que atua seguindo as orientações do Governo Federal, sendo que os trabalhos da Assembleia Geral são dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo substituto que este vier a designar.

O Conselho Fiscal é um órgão permanente de fiscalização da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Empresa. Vinculado diretamente à Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho Fiscal tem um papel relevante na fiscalização independente dos atos da gestão da Companhia.

O Conselho de Administração é o órgão colegiado responsável pela orientação geral de negócios ao decidir sobre os rumos estratégicos da ABGF. Além de definir as diretrizes estratégicas, é o guardião do sistema de governança da ABGF. Cabe ainda, a este Conselho a avaliação quanto ao alcance das metas e resultados da Empresa na execução do seu plano de negócios e planejamento estratégico.

O Conselho de Administração conta com dois comitês de assessoramento: o Comitê de Auditoria e o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

O Comitê de Auditoria é o órgão de assessoramento ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e das auditorias interna e independente.

O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração assessora aos acionistas e ao Conselho de Administração nos processos de indicação, de avaliação, de sucessão e remuneração de conselheiros, dirigentes e integrantes do Comitê de Auditoria. Esse processo está em consonância com os requisitos de transparência, melhores práticas de governança e a regulamentação aplicável, notadamente quanto aos dispositivos previstos na Lei nº 13.303/2016.

A Diretoria-Executiva é o órgão responsável pela administração da Companhia, cabendo-lhe cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, as diretrizes e a Orientação Geral dos Negócios emanada pelo Conselho de Administração, de forma a garantir o funcionamento da ABGF. As decisões da Diretoria Executiva buscam convergir as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração com o objetivo de gerar valor e garantir a sustentabilidade econômico-financeira da Companhia.

A ABGF conta ainda, com Auditoria Interna, responsável por avaliar a adequabilidade do controle interno e do gerenciamento de riscos, e a Auditoria Independente, contratada para examinar e opinar sobre as demonstrações contábeis e financeiras da Companhia.

No âmbito da ABGF, duas áreas mantém o sistema de governança: a Gerência Executiva de Governança e a Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade.

A Gerência Executiva de Governança atua no assessoramento aos órgãos estatutários, visando promover o funcionamento institucional, bem como manter a padronização da gestão, além de promover a disseminação das decisões e resoluções dos órgãos colegiados, assegurando transparência e prestação de contas às partes interessadas. A Gerência Executiva de Governança reforça o compromisso de manter um modelo de governança equilibrado entre eficiência e controle, além de criar condições para o estabelecimento de mecanismos que combatem fraudes e a corrupção, monitorados pela Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade e Auditoria Interna.

A Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade, como parte integrante do sistema de controles internos, atua no estabelecimento de instrumentos, visando à conformidade dos processos, ao cumprimento das normas internas e externas, além de instituir mecanismos para o gerenciamento dos riscos institucionais, implementação das ações de Integridade e monitoramento e tratamento dos processos de Dados Pessoais. Esta gerência também é responsável pela Ouvidoria da ABGF.

Em 10.04.2023, foi publicado o Decreto n° 11.478 que exclui a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) do Programa Nacional de Desestatização (PND). Desta forma, a Empresa iniciou um trabalho de reorganização interna a fim de cumprir suas atividades no sentido de contribuir para a execução de políticas públicas, de acordo com as orientações do seu Ministério Supervisor.

2 Informações Relativas ao exercício de 2023

2.1 Planejamento Estratégico – Ciclo 2023-2027

O Planejamento Estratégico da ABGF, ciclo 2023-2027, foi aprovado em dezembro de 2022 pelo Conselho de Administração e havia sido elaborado considerando o contexto em que a Empresa estava inserida, ou seja, no Programa de Desestatização. Com a saída da ABGF do PND, o Planejamento foi revisto a fim de redirecionar e reorganizar a Agência dado que não seria mais desestatizada.

As diretrizes e os objetivos estratégicos tiveram como principal foco a conformidade e a integridade das ações a serem desenvolvidas pela Empresa, buscando efetividade no cumprimento das orientações governamentais. Durante o exercício de 2023, a ABGF trabalhou ativamente para executar as ações de forma a cumprir os seus objetivos estratégicos. Este esforço é percebido no alcance das metas estabelecidas para o período:

Indicador	Meta Anual	2023	2022
Rentabilidade do Patrimônio Líquido Ajustado (resultado líquido pelo patrimônio líquido)	≥1%	8,09%	7,88%
Equilíbrio Econômico -Financeiro (despesas totais pelas receitas totais, incluindo as financeiras	≤100%	66,06%	65,84%

A Rentabilidade do Patrimônio Líquido Ajustado é um indicador financeiro que tem como prerrogativa medir a capacidade de uma empresa gerar valor com os recursos que possui. Ou seja, quanto (percentualmente) de lucro é gerado em relação ao capital investido pelos sócios. Em 2023 a ABGF cumpriu a meta estabelecida, com uma melhora de 2,69% em relação a 2022, devido, principalmente, ao aumento das receitas financeiras.

O Equilíbrio econômico-financeiro é o indicador apresenta quanto uma empresa consegue gerar de receitas totais, dadas as despesas totais incorridas, ou seja, quanto a empresa consome de recursos, independentemente de sua origem, para geração de cada R$ 1,00 de receita.

No que tange as receitas e despesas operacionais, a ABGF manteve seu compromisso de cumprir com seus gastos operacionais por meio das receitas advindas dos serviços prestados. Em função da ausência de remuneração por dois meses e meio de seu principal contrato, praticamente toda receita obtida na prestação do serviço foi utilizada para custear os encargos operacionais da Companhia.

Em virtude do expressivo volume de recursos aplicados junto ao fundo do Banco do Brasil, a rentabilidade desses recursos permitiu que a Companhia apresentasse uma situação financeira confortável e favorável frente aos negócios, demonstrando que para cada real de receita auferida, aproximadamente R$ 0,66 (sessenta e seis centavos) são consumidos por gastos gerais, gerando uma margem de contribuição bruta de 34% para formação do lucro. Ou seja, mantem equilíbrio financeiro de 66,06% no acumulado do exercício de 2023, contra 65,84% para o mesmo período de 2022, indicando uma pequena piora de 0,34%. Apesar das receitas financeiras terem um acréscimo de 8,9%, as receitas de prestação de serviços brutas reduziram 4,59%, resultando em acréscimo das receitas totais de 4,88%. Já as despesas totais tiveram um acréscimo de 5,78%, impactado, principalmente, pelas despesas com pessoal, que representam 41,93% das despesas totais e tiveram um acréscimo de 12,02%.

2.2 Adequação à LGPD e aprimoramento da Gestão de Riscos

Em 2023, a ABGF deu continuidade aos esforços para fortalecer sua gestão de riscos, visando aprimorar ainda mais o modelo existente. Como parte desse processo, foi concluído o estudo para a contratação de um software de gestão de riscos, com o objetivo de otimizar o monitoramento, avaliação e mitigação dos riscos mapeados. Em 05/09/2023, por meio do Contrato nº 012/2023, a ABGF contratou empresa especializada para fornecimento, na modalidade Software as a Service – SaaS, de Software de Gestão de Riscos.

O processo de implantação e parametrização do software foi concluído com sucesso em dezembro de 2023, marcando o início de uma fase crucial no aprimoramento da gestão de riscos na Empresa. Nesse sentido, a equipe da ABGF deu início ao cadastro dos Planos de Ações, concentrando-se inicialmente nos riscos classificados como médios. Essa etapa é fundamental para assegurar que as ações corretivas estejam alinhadas com as peculiaridades de cada risco identificado.

Olhando para o futuro, no primeiro semestre de 2024, está prevista a conclusão do cadastro de todos os Planos de Ações, culminando em um panorama abrangente e atualizado das estratégias de mitigação adotadas. Adicionalmente, será conduzida uma nova avaliação dos riscos mapeados, considerando os impactos das ações já implementadas. Essa revisão sistemática permitirá ajustes contínuos no modelo de gestão de riscos, garantindo sua adaptação às dinâmicas do ambiente organizacional.

Em linhas gerais, a implementação do software agrega os seguintes benefícios para a gestão de riscos na ABGF:

a) Gerenciar com mais eficiência todos os riscos de forma ágil e integrada;

b) Padronização do modelo de Gestão de Riscos;

c) Comunicação centralizada (Calendário, alertas, e-mails e notificações);

d) Otimização do tempo no controle dos riscos;

e) Tratamento e controle de Riscos Residuais;

f) Planejamento adequado de ações de mitigação de riscos; e

g) Proporcionar rapidez na detecção e tratamento de riscos.

Ao investir em um software especializado e completar a implementação, a ABGF demonstra seu compromisso contínuo com a excelência na gestão de riscos. Esse conjunto de ações não apenas fortalece a resiliência organizacional, mas também reflete a busca constante por eficiência e eficácia na administração dos desafios inerentes ao ambiente de negócios.

Olhando para o futuro, no primeiro semestre de 2024, está prevista a conclusão do cadastro de todos os Planos de Ações, culminando em um panorama abrangente e atualizado das estratégias de mitigação adotadas. Adicionalmente, será conduzida uma nova avaliação dos riscos mapeados, considerando os impactos das ações já implementadas. Essa revisão sistemática permitirá ajustes contínuos no modelo de gestão de riscos, garantindo sua adaptação às dinâmicas do ambiente organizacional.

2.3 Operações da Companhia

A ABGF, no cumprimento de seu objeto, administra o Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), efetua a gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) e presta serviços para a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME) para a execução de todos os serviços relacionados ao Seguro de Crédito às Exportações (SCE) ao amparo do Fundo Garantidor de Exportação (FGE).

Considerando o direcionamento estratégico da ABGF, o Conselho de Administração é responsável pela orientação sobre a destinação das linhas de negócio quanto a sua gestão.

2.3.1 Fundo Garantidor de Infraestrutura – FGIE

O FGIE é um fundo de natureza privada, tem patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e da Administradora, estando sujeito à direitos e obrigações próprias, não contando com qualquer tipo de garantia ou aval por parte do poder público, bem como responde por suas obrigações até o limite dos bens e direitos integrantes do seu patrimônio.

O Fundo foi constituído em 28 de novembro de 2014 pela ABGF, em conformidade com o art. 33 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, e tem por finalidade garantir, direta ou indiretamente, quaisquer riscos relacionados às operações de que trata o §7º, do mencionado artigo, inclusive não gerenciáveis relacionados a concessões, observadas as condições e formas previstas no Estatuto do Fundo.

Encontra-se vigente a garantia prestada pelo FGIE, com previsão de conclusão em 2044, à Parceria Pública Privada firmada pelo município de Salto, no Estado de São Paulo e a Empresa CSO Ambiental de Salto SPE S/A, para prestação de serviços de coleta e tratamento de resíduos sólidos. O limite de cobertura, observadas as condições da garantia, é de R$ 6.179.615,40 (seis milhões, cento e setenta e nove mil, seiscentos e quinze reais e quarenta centavos). Durante o ano de 2023, a ABGF realizou o acompanhamento da garantia certificando-se que os aportes de responsabilidade do parceiro público foram realizados.

Cabe destacar que em 19.05.2021 foi publicada a Medida Provisória nº 1.052/2021, convertida na Lei nº 14.227/2021, que autoriza a União a criar um fundo para financiar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessão e parcerias público privadas (PPPs), a serem realizados pela União, Estados e Municípios. Essa lei, que altera o Artigo 32-A da Lei nº 12.712/2012, cujo enunciado dispõe que o novo Fundo será administrado e representado judicial e extrajudicialmente por instituição financeira selecionada por meio de chamada pública. Também ficou estabelecido que o novo Fundo seja criado a partir da reestruturação do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), funcionando sob o regime de cotas, coordenado pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MDIR).

Em 30 de dezembro de 2021 foi publicado o Decreto 10.918, de 29.12.2021, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável - FDIRS, de que trata o art. 32 da Lei nº 12.712/2012. De acordo com o parágrafo primeiro do Art. 11 do referido Decreto "A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias exercerá a administração do Fundo Garantidor de Infraestrutura enquanto não for efetuada a adequação do estatuto de que trata o caput e a contratação da instituição financeira administradora selecionada nos termos do disposto no art. 9º. Pelo disposto no parágrafo segundo desse mesmo artigo, "O disposto no § 1º não autoriza a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias a contratar novas operações do Fundo Garantidor de Infraestrutura além daquelas em curso em 19 de maio de 2021".



AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. – ABGF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**



Em 2023, em razão do disposto no Decreto nº 10.918, de 29.12.2021, acima citado, não foram analisados novos projetos de infraestrutura para garantia do FGIE.

Em 29/12/2023, por ocasião da 9ª Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas, foi feita a transição do FGIE para o FDIRS – Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável, e aprovada a BRL TRUST Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, como sua nova administradora.

Nesta mesma Assembleia Extraordinária de Cotistas foi também aprovado o Protocolo de Transição do Fundo Garantidor de Infraestrutura - FGIE para o Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável – FDIRS, cuja finalidade é o estabelecimento de condições e procedimentos específicos para a transição do FGIE para o FDIRS, inclusive no que diz respeito ao tratamento de dados e informações confidenciais e sigilosas relacionados ao FGIE, ao seu patrimônio, à sua administração, bem como aos dados pessoais e dados pessoais sensíveis de funcionários, agentes públicos e demais cidadãos porventura relacionados com a administração e operacionalização do FGIE.

Neste sentido, foram disponibilizadas todas as informações a respeito das operações ativas e passivas, além das informações contábeis. No referido protocolo está prevista a retirada da atual administração da participação estatutária no FGIE e a liquidação de todas as obrigações do Fundo com a ABGF, inclusive as futuras, associadas à prestação de informações acessórias e administrativas relacionadas à condução de atividades da antiga gestão.

Por ocasião da elaboração do citado Protocolo de Transição foi acordado que seria definido um prazo de 15 dias, após a aprovação pela assembleia de cotistas, para entrada em vigor do estatuto do FDIRS, de modo que a ABGF, ainda na condição de administradora do FGIE, pudesse realizar pagamentos em nome do Fundo, resgate de suas cotas e outras atividades.

Como a assembleia de cotistas aprovou a destituição imediata da ABGF como administradora do FGIE, com entrada em vigor do estatuto do FDIRS na data da realização da mencionada AGE, foi solicitado pela ABGF e aprovado pelos cotistas que as obrigações da ABGF, originariamente de sua responsabilidade, ainda na condição de administradora, fossem assumidas imediatamente pelo novo administrador, assim que efetivada a transferência do Fundo e estabelecido o prazo de 15 dias para a nova administradora do Fundo efetuar os pagamentos à ABGF amparados na peça orçamentária; e liquidar e resgatar integralmente, em favor da ABGF, as cotas de titularidade da ABGF no FGIE.

Em 29 de dezembro de 2023, o Patrimônio Líquido do FGIE era da ordem de R$ 968,7 milhões.

2.3.2 Seguro de Crédito à Exportação – SCE

A ABGF presta serviços para a União, representada pela Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Fazenda, na execução dos serviços de SCE previstos na Lei nº 6.704/1979 e cobertos com recursos do FGE, fundo este de natureza contábil, cujos recursos integram a conta única do Tesouro Nacional. Os serviços prestados pela ABGF incluem análise, acompanhamento, monitoramento, gestão dos riscos e das coberturas de seguro de crédito à exportação ao amparo do FGE, em operações com prazo superior a dois anos, denominadas de Médio e Longo Prazo (MLP), bem como gestão de sinistros dessas operações.

A ABGF conduz a gestão de garantias de seguro de crédito à exportação para grandes companhias, em operações com prazo superior a dois anos, denominadas operações de Médio e Longo Prazo (MLP). No ano de 2023, foram analisadas 6 (seis) operações no segmento de Médio e Longo Prazo (MLP). Quando comparado com exercício de 2022, nota-se crescimento de 50% na quantidade de análises efetuadas. Exatamente como verificado em 2022, das 06 (seis) operações analisadas em 2023, verificou-se 100% de aprovação.

Cumpre destacar que o Contrato de Prestação de Serviços vigente até 30.04.2023 não poderia ser mais renovado, tendo em vista os prazos legais previstos na Lei 8.666/1993. Foi negociado um novo contrato de prestação de serviços, que foi assinado apenas em 10.07.2023, ficando a empresa sem receitas deste contrato pelo período de 2 meses e 10 dias. Todavia, a renegociação permitiu um reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, tendo em vistas que as receitas das outras linhas de negócios da Empresa estavam arcando com despesas deste contrato. Com os novos valores, as receitas do contrato passaram a cobrir as despesas provenientes desta linha de serviços.

2.3.3 Fundo de Estabilidade do Seguro Rural – FESR

O FESR, criado por meio do Decreto-Lei nº 73/1966, tem por finalidade manter e garantir o equilíbrio das operações do seguro rural no país, bem como atender à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe inerentes às atividades rurais.

Desde julho de 2015, a ABGF é encarregada da gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural até a completa liquidação das obrigações do Fundo, conforme previsto na Lei 13.195, de 25.11.2015, que alterou a Lei 12.712, de 30.08.2012.

Em 12 de junho de 2017, foi publicado o Decreto nº 9078, que dispõe sobre a remuneração da ABGF pela gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, resultando em percepção de receita, a partir de 13 de julho de 2017, pela ABGF.

Por meio da Resolução CNSP nº 404/2021, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) dispõe sobre o FESR, quanto a sua finalidade e modalidades que podem ser objeto de cobertura pelo Fundo, a saber: (i) seguro agrícola; (ii) seguro pecuário; (iii) seguro aquícola; (iv) seguro de florestas e (v) seguro de penhor rural.

O exercício social do FESR, de acordo com a citada Resolução, é de 1º de janeiro até 31 de dezembro do mesmo ano.

No primeiro semestre de 2023 foi realizada a apuração do resultado FESR referente ao exercício 2022, totalizando R$ 59,4 milhões em contribuições para o Fundo e R$ 34,8 milhões em indenizações. Já em outubro de 2023, conforme calendário de gestão do Fundo, foi enviada a todos as empresas participantes a solicitação para apresentação dos Planos de Operação para o exercício 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, o Patrimônio Líquido do Fundo era de R$ 392,1 milhões.

2.3.4 Fundo de Indenizações do Seguro Obrigatório de Embarcações

O Fundo FUNDPEM teve sua criação autorizada pela Lei nº 13.313/2016, que alterou as Leis nº 12.712/2012 e 8.374/1991, e é destinado para a cobertura de indenizações por morte ou por invalidez permanente, bem como das despesas de assistência médica e suplementares, causadas exclusivamente por acidentes com embarcações não identificadas ou que estejam inadimplentes quanto ao pagamento do seguro obrigatório DPEM. Nos termos da legislação, as indenizações passam a ser devidas por esse fundo de direito privado, o qual foi constituído pela ABGF em 23 de janeiro de 2018 e é por ela administrado, gerido e representado.

A referida Lei estabelece que o patrimônio do FUNDPEM seja formado por parcela dos prêmios arrecadados pelo seguro DPEM, pelo resultado das aplicações financeiras dos seus recursos e por outras fontes definidas pelo CNSP. A Lei define, ainda, que o FUNDPEM somente poderá indenizar se houver disponibilidade de recursos gerados pelos prêmios de seguros cobrados pelas seguradoras privadas no DPEM.

A legislação define que o CNSP disporá sobre as obrigações, os prazos para a implementação e a remuneração devida à administradora do fundo. Contudo, deve-se observar que a partir de abril de 2016 o mercado segurador privado deixou de oferecer o seguro DPEM, motivo pelo qual se tornou sem efeito a exigência de sua obrigatoriedade, nos termos do § 3º do art. 14 da Lei nº 8.374/1991, o que impossibilitou a formação do patrimônio do FUNDPEM. Desta forma, o Fundo não se encontra operacional.

Questionada, em dezembro de 2022, sobre a existência de sociedades seguradoras operando o Seguro DPEM, a SUSEP, por meio do Despacho Eletrônico 568/2022/CGRES/DIR1/SUSEP, informou não ter registro de seguradoras com emissão de prêmios de seguro DPEM ao longo de 2022.

2.4 Desempenho Econômico-Financeiro

A ABGF, em 2023, auferiu receita de serviços com a administração e gestão dos fundos FGIE e do FESR, e na prestação de serviços para a MDIC relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação ao amparado do Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

Apresentamos a seguir a composição do Resultado dos períodos de 2023 e 2022:

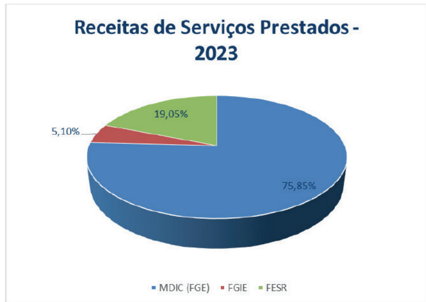
Valores expressos em Reais

	2023	2022	Var. %
Serviços Prestados	19.845.585	20.799.453	-4,6%
(-) Tributos sobre o Faturamento	(2.601.147)	(2.963.922)	-12,2%
Receita Líquida de Serviços	**17.244.438**	**17.835.531**	**-3,3%**
Resultado Financeiro Líquido	37.885.707	35.306.081	7,3%
Receitas Totais	**55.130.145**	**53.141.612**	**3,7%**
(-) Despesas Operacionais	(19.118.026)	(18.068.368)	5,8%
Resultado do Exercício (antes de IRPJ e CSLL)	**36.012.119**	**35.073.244**	**2,7%**
IRPJ e CSLL	(9.882.101)	(9.778.359)	1,1%
Lucro Líquido do Exercício	**26.130.018**	**25.294.885**	**3,3%**

O resultado do exercício em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 36.012 mil, antes da provisão para o imposto de renda e da contribuição social, ante a um resultado de R$ 35.073 mil no mesmo período de 2022, com aumento na ordem de 2,7%.

Esse resultado foi impactado, principalmente, pela elevação do resultado financeiro da ordem de 7,3%, compensado pela redução de 3,3% verificado nas receitas com prestação de serviços. As receitas de prestação de serviços de administração do FESR reduziram significantemente, decorrente da redução da base de cálculo dos serviços prestados que levam em consideração o montante de prêmios emitidos com garantia, que tiveram uma queda de 26,4%, em 2023, quando comparado com o mesmo período de 2022.

O gráfico a seguir demonstra a composição das receitas operacional líquida com serviços prestados no exercício de 2023.



A elevação do resultado financeiro líquido de 7,3% pode ser explicada pela elevação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), em papéis pós-fixados, base da carteira do fundo mantido junto ao Fundo de Investimento.

As despesas operacionais em 2023 tiveram aumento de 5,8% em relação ao ano de 2022, decorrente, principalmente, pelos reajustes contratuais dos serviços de terceiros, e, da readequação do quadro de pessoal ocorridas em 2023.

No exercício de 2023, esta despesa ficou distribuída da seguinte forma: i) gastos com pessoal, incluindo remuneração, benefícios e encargos representando 79,37% dos gastos totais; ii) gastos administrativos representando 10,72%; e iii) despesas tributárias representando 9,91%, excluídos os tributos sobre o lucro e sobre o faturamento.

Valores expressos em Reais

	2023	AV %	2022	AV %
Custos dos Serviços Prestados	**14.777.144**	**77,30%**	**13.226.032**	**73,20%**
Custos Administrativos	2.435.233	12,74%	2.067.560	11,44%
Pessoal	12.341.911	64,56%	11.158.472	61,76%
Despesas Administrativas	**2.445.705**	**12,79%**	**3.105.164**	**17,19%**
Custos Administrativos	(386.472)	-2,02%	717.227	3,97%
Pessoal	2.832.177	14,81%	2.387.937	13,22%
Despesas com Tributos	**1.895.177**	**9,91%**	**1.737.172**	**9,61%**
Total da Despesa Operacional	**19.118.026**	**100%**	**18.068.368**	**100%**

O resultado financeiro líquido é apresentado a seguir:

Valores expressos em Reais

	2023	2022	Var. %
Rendimentos de aplicações financeiras	38.397.950	35.413.266	8,4%
Atualização / Juros ativos	466.678	246.888	89,0%
	38.864.628	**35.660.154**	**9,0%**
Juros sobre prestações de arrendamento	(5.305)	-	100,0%
Despesas financeiras	(973.616)	(354.073)	175,0%
Resultado Financeiro líquido	**37.885.707**	**35.306.081**	**7,3%**

Os Rendimentos de Aplicações Financeiras são oriundos do resultado de aplicações das disponibilidades financeiras da ABGF em fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil. O aumento de 8,4% (R$ 38.397 mil no exercício de 2023 ante R$ 35.413 mil em 2022) é consequência da elevação da taxa de juros "Selic" no primeiro semestre de 2023, em papéis pós-fixados, base das carteiras dos fundos mantidos junto ao Banco do Brasil.

As Despesas Financeiras decorrem de juros e atualizações das obrigações da Companhia e tiveram aumento de 175,0% (R$ 978 mil no exercício de 2023 ante R$ 354 mil em de 2022), decorrente, principalmente, da atualização da taxa de juros "Selic" sobre os valores de dividendos e juros sobre o capital próprio aprovados na Assembleia Geral ordinária, realizada em 18 de abril de 2023, atualizados até a data do seu efetivo pagamento. A partir de agosto/2023, com a aplicação contábil do CPC 06 (R2), e os juros sobre as contraprestações de arrendamento passaram a ser registrados como despesas, tendo como taxa de desconto a taxa média anual dos financiamentos imobiliários do país para pessoa jurídica, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

O índice de eficiência operacional é calculado pela relação entre a despesa operacional e a receita líquida operacional. Eventuais reduções ou incrementos de receitas também devem ser considerados no cálculo. O quadro a seguir demonstra o Índice de Eficiência Operacional do exercício de 2023 em comparação ao ano de 2022:

Valores expressos em milhões de Reais

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	**2023**	**2022**
Despesas Operacional	16,7	15,9
Receita Operacional Líquida	17,2	17,8
INDICADOR REALIZADO	**0,97**	**0,89**

Observação: As receitas operacionais estão líquidas das deduções (impostos sobre o faturamento) e não consideram as receitas financeiras. As despesas operacionais excluem os tributos sobre o Lucro, os tributos incidentes sobre as receitas financeiras, depreciação e as despesas financeiras.

A movimentação de custos e receitas fez com que o Índice de Eficiência Operacional apresentasse uma variação que evidencia elevação de 8,56%, passando de 0,89 no exercício de 2022 para 0,97 em 2023.

3. Considerações Finais

A ABGF mantém o seu compromisso de manter a sua sustentabilidade econômico-financeira, com foco na governança e na transparência, sustentada nos valores de integridade, eficiência e qualidade, pilares fundamentais para alcance dos objetivos estratégicos da Empresa na geração de valor à sociedade. Para tanto, buscamos o alinhamento e integração com os órgãos do governo brasileiro com vistas a contribuir para a execução das políticas públicas relativas à administração de fundos e operacionalização de garantias prestadas com recursos da União, tendo como pressuposto garantir a continuidade e qualidade na execução dos serviços prestados.

Brasília 2023
A Diretoria



AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. – ABGF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**



BALANÇO PATRIMONIAL
(Valores expressos em reais)

	NE	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		**331.373.497**	**328.915.115**
Disponível	(5)	**322.982.609**	**322.451.130**
Caixa e Bancos		2.826	4.435
Equivalentes de Caixa - Investimentos		322.979.783	322.446.695
Títulos e Créditos a Receber		**8.275.294**	**6.348.418**
Títulos e Créditos a Receber	(6)	2.330.059	2.029.378
Tributos a recuperar/compensar	(7)	5.848.278	4.319.040
Cotas de Fundos Garantidores	(8)	96.957	-
Despesas Antecipadas	(9)	**115.594**	**115.567**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**3.129.427**	**1.577.840**
Créditos de Longo Prazo	(10)	**-**	**25.253**
Investimentos		**-**	**86.531**
Investimentos em cotas de fundos garantidores	(11)	-	86.531
Imobilizado	(12.1)	**3.127.139**	**1.434.631**
Arrendamentos		2.963.040	1.021.207
Bens Móveis		164.099	229.522
Outras Imobilizações		-	183.902
Intangível	(12.2)	**2.288**	**31.425**
Outros Intangíveis		2.288	31.425
TOTAL DO ATIVO		**334.502.924**	**330.492.955**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	NE	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE		**9.023.224**	**8.898.714**
Contas a Pagar		**9.023.224**	**8.898.714**
Arrendamentos de curto prazo	(17)	545.263	948.912
Obrigações a Pagar	(13)	6.529.214	6.238.544
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	(14)	600.518	523.558
Encargos Trabalhistas	(15)	1.083.234	986.322
Impostos e Contribuições	(16)	264.995	201.378
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**2.433.331**	**383.990**
CONTAS A PAGAR		**2.433.331**	**383.990**
Arrendamentos de Longo Prazo	(17)	2.417.777	-
Tributos Diferidos	(16)	15.554	12.010
Passivos Contingentes		-	371.980
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(18)	**323.046.369**	**321.210.251**
Capital Social		296.337.788	296.337.788
Reserva Legal		8.060.749	6.754.249
Reserva de Retenção de Lucros		2.113.431	-
Dividendos Propostos		16.504.207	18.022.606
Outros Resultados Abrangentes		30.194	95.608
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**334.502.924**	**330.492.955**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Valores expressos em reais)

	NE	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS COM FUNDOS GARANTIDORES	(19)	**17.244.438**	**17.835.531**
Receitas de Prestação de Serviços		19.845.585	20.799.453
(-) Deduções de Receita de Serviços		(2.601.147)	(2.963.922)
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS COM FUNDOS	(20)	**(14.777.144)**	**(13.226.032)**
Outros Custos Administrativos	(21)	(2.435.233)	(2.067.560)
Pessoal	(22)	(12.341.911)	(11.158.472)
(=) LUCRO BRUTO DE SERVIÇOS COM FUNDOS GARANTIDORES		**2.467.294**	**4.609.499**
(=) RECEITAS DE SERVIÇOS COM FUNDOS		**2.467.294**	**4.609.499**
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		**(2.445.705)**	**(3.105.164)**
Despesas Administrativas	(21)	386.472	(717.227)
Despesas com Pessoal	(22)	(2.832.177)	(2.387.937)
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS	(24)	**(1.895.177)**	**(1.737.172)**
(-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(25)	**37.885.707**	**35.306.081**
RECEITAS FINANCEIRAS			
Receitas financeiras - demais		38.864.628	35.660.154
DESPESAS FINANCEIRAS			
Despesas financeiras		(978.921)	(354.073)
(=) RESULTADO OPERACIONAL		**36.012.119**	**35.073.244**
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E PARTICIPAÇÕES		**36.012.119**	**35.073.244**
(-) IMPOSTO DE RENDA		**(7.227.156)**	**(7.150.023)**
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(2.654.945)**	**(2.628.336)**
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**26.130.018**	**25.294.885**
DIVIDENDOS/JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	(18.d)	**22.710.086**	**24.030.141**
(/) QUANTIDADE DE AÇÕES		**50.000**	**50.000**
(=) LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		**522,6**	**505,9**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Valores expressos em reais)

	NE	2023	2022
Fluxos de Caixa das Atividade Operacionais			
Lucro do exercício		**26.130.018**	**25.294.885**
Ajustes para conciliar o Resultado e as Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais:			
Juros (taxa Selic) sobre dividendos e/ou JCP distribuídos		958.110	354.073
Ganho/Perda na doação de ativos imobilizados		9	-
Reforço(Reversão) de provisão para passivos contingentes		(371.980)	56.475
Depreciação/Amortização/Ajuste Vlr. Recuperável	(12.1) e (12.2)	550.877	517.684
Variações nos ativos			
Aumento de contas a receber de clientes		(300.681)	(559.493)
Aumento de tributos a Recuperar	(7)	(1.529.239)	997.468
Aumento de outros Créditos		(86.558)	69.810
Variações nos passivos			
Aumento de fornecedores/contas a pagar		51.857	87.846
Aumento de obrigações trabalhistas e sociais		172.036	81.524
Aumento de obrigações fiscais e tributárias	(16)	105.921	42.113
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**25.680.370**	**26.942.385**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível	(12)	(30.837)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(3.235.464)**	**-**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Aquisição de imobilizado de Arrendamento		(241.587)	-
Dividendos/JCP pagos no exercício		(24.988.250)	(10.723.277)
Baixa de Investimento		86.531	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de Financiamentos		**(21.938.679)**	**(10.723.277)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**506.227**	**16.219.108**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	(5)	322.476.382	306.257.274
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	(5)	322.982.609	322.476.382
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**506.227**	**16.219.108**
Movimentação que não afetam caixa:			
Constituição (baixa) de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Passivo		3.545	2.593
Baixa de Ativos mediante redução de participação		-	7.626

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. – ABGF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Valores expressos em reais)

	Nota	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	(18.b)	**26.130.018**	**25.294.885**
Outros resultados abrangentes			
Ajuste de Avaliação Patrimonial			
Cotas de Fundos Garantidores		6.881	5.034
Ajuste de variação patrimonial - Leasing		(72.295)	72.295
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		**26.064.604**	**25.372.214**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em reais)

Descrição	Nota	Capital Social	Reservas: Reserva Legal	Reservas: Dividendos	Reservas: Retenção de Lucros	Reservas: Estatutária	Resultados Abrangentes	Resultados Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021		**237.370.917**	**5.489.504**	**7.776.903**	**-**	**58.966.871**	**18.279**	**-**	**309.622.474**
Lucro Líquido do Exercício	(18.b)	-	-	-		-	-	25.294.885	25.294.885
Reversão de Reserva Estatutária ao Patrimônio Líquido		58.966.871	-			(58.966.871)	-	-	-
Destinação do Lucro Líquido do Exercício									
Constituição de Reserva Legal		-	1.264.745	-		-	-	(1.264.745)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos / Juros sobre capital próprio	(18.d)	-	-	-		-	-	(6.007.535)	(6.007.535)
Pagamento de dividendos excedente ao mínimo do exercício anterior		-	-	(7.776.902)		-	-	-	(7.776.902)
Proposta de Dividendos Excedente ao Mínimo		-	-	18.022.605		-	-	(18.022.605)	-
Resultados Abrangentes									
Outros Resultados Abrangentes	(18.c)	-					77.329		77.329
Saldos em 31/12/2022		**296.337.788**	**6.754.249**	**18.022.606**	**-**	**-**	**95.608**	**-**	**321.210.251**
		-	-	-	-	-	-		
Lucro Líquido do Exercício	(18.b)	-	-	-		-	-	26.130.018	26.130.018
									-
Destinação do Lucro Líquido do Exercício									-
									-
Pagamento de dividendos excedente ao mínimo do exercício anterior		-	-	(18.022.605)		-	-	-	(18.022.605)
Constituição de Reserva Legal		-	1.306.500	-		-	-	(1.306.500)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos / Juros sobre capital próprio	(18.d)	-	-	-		-	-	(6.205.881)	(6.205.881)
Constituição(Reversão) de Reserva de Lucros		-	-	-	2.113.431	-	-	(2.113.431)	-
Proposta de Dividendos Excedente ao Mínimo		-	-	16.504.206		-	-	(16.504.206)	-
									-
Resultados Abrangentes									-
									-
Outros Resultados Abrangentes	(18.c)	-	-	-		-	(65.414)	-	(65.414)
Saldos em 31/12/2023		**296.337.788**	**8.060.749**	**16.504.207**	**2.113.431**	**-**	**30.194**	**-**	**323.046.369**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Valores expressos em reais)

	NE	2023	2022
1 – RECEITAS		**19.845.585**	**20.799.453**
1.1) Vendas de serviços	(19)	19.845.585	20.799.453
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos tributos – ISS, PIS/Pasep e COFINS)		**3.560.199**	**4.497.907**
2.1) Tributos sobre os serviços vendidos	(19)	2.601.147	2.963.922
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		959.052	1.533.985
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		**16.285.386**	**16.301.546**
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(12)	**550.877**	**517.684**
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		**15.734.509**	**15.783.862**
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		**38.864.628**	**35.660.154**
6.1) Receitas financeiras	(25)	38.864.628	35.660.154
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		**54.599.137**	**51.444.016**
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		**54.599.137**	**51.444.016**
8.1) Pessoal		**13.210.864**	**11.717.215**
8.1.1 – Remuneração direta		11.446.663	10.101.966
8.1.2 – Benefícios		1.074.150	988.200
8.1.3 – F.G.T.S		690.051	627.049
8.2) Impostos, taxas e contribuições		**13.650.801**	**13.243.057**
8.2.1 – Federais		13.605.447	13.200.258
8.2.2 – Municipais		45.354	42.799
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		**1.607.454**	**1.188.858**
8.3.1 – Juros		980.901	356.838
8.3.2 – Aluguéis		626.553	832.020
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		**26.130.018**	**25.294.886**
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	(18.d)	22.710.087	24.030.141
8.4.2 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		3.419.931	1.264.745

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. – ABGF

MINISTÉRIO DA FAZENDA



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações Gerais

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) é uma empresa pública de capital fechado de direito privado, criada na forma do art. 37 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, e que atua na forma do art. 38 do mesmo diploma legal, mediante a administração, gestão e representação de fundos garantidores, que tenham por objeto a cobertura suplementar dos riscos de seguro rural e de outros fundos de interesse da União e na análise da concessão de garantias contra riscos Político, Extraordinário e de Crédito em operações do Seguro de Crédito à Exportação.

No cumprimento de seu objeto, atua, ainda, na administração, gestão e representação do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), promovendo o desenvolvimento por meio de garantias do pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos em projetos de Parcerias Público-Privadas Municipal, Estadual e Federal e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), promovendo o equilíbrio das operações do seguro rural do país, bem como atendendo à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe, inerentes à atividade rural.

A Companhia mantém contrato de prestação de serviços para a execução de atividades relacionadas ao Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) junto à União, representado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (estatuto jurídico da empresa pública) e de deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicáveis, e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira.

Atendem, ainda, as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação citada no parágrafo anterior e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão destas Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da ABGF em 23 de fevereiro de 2024, pela administração da época. Em 22/03/2024, as demonstrações contábeis foram ratificadas, com melhorias nos aspectos redacionais.

2.1. Base de preparação das informações contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

As principais práticas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram consistentes em todo o período apresentado, a menos que declarado ao contrário.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional a Administração considera qual a moeda influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. A moeda funcional utilizada na apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o Real (R$).

2.3. Normas e Interpretações Novas e Revisadas

NBC TG 06 (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16), aprovou o CPC 06 (R2) O CPC 06 (R2) (IFRS 16) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. O pronunciamento alterou de maneira substancial a contabilidade das entidades arrendatárias.

O CPC 06 (R2) foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários, Resolução CVM nº 095, de 20 de maio de 2022, e pela NBC TG 06 (R3) do CFC.

A Companhia passou a registrar contabilmente seu contrato de aluguel, repactuado, a partir de agosto/2023, de forma retrospectiva em 2022. Devido aos impactos imateriais decorrente da apresentação retrospectiva a administração entende que não há necessidade de outras divulgações.

3. Práticas Contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

3.3. Imobilizado e Intangível

Os itens do imobilizado e intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição deduzido da depreciação ou amortização e da perda decorrente da redução do valor recuperável (impairment), se houver. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis, necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A partir de agosto de 2023 a Companhia passou a registrar o contrato de Aluguel da Sede na forma do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, com sua aplicação retrospectiva conforme previstos no Pronunciamento CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A reapresentação representa com confiabilidade os ajustes que teriam ocorrido no período reapresentado, estando adequado para fins de comparabilidade dos efeitos das mudanças ocorridas. A parcela depreciável é o valor das contraprestações previstas no contrato de aluguel, trazidas a valor presente pela taxa média anual dos financiamentos imobiliários do país para pessoa jurídica, divulgada pelo Banco Central do Brasil. As parcelas não depreciáveis compreendem os custos de desimobilização e a aplicação de multa contratual no caso de rescisão.

A depreciação e a amortização são calculadas com base no método linear para alocação de custos e de acordo com a vida útil ou benefício esperado estimado.

3.4. Contas a pagar/Fornecedores

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Na forma do Pronunciamento CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia aplica como taxa de desconto incidente sobre as contraprestações dos aluguéis a taxa média anual dos financiamentos imobiliários do país para pessoa jurídica, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente e obedecido o regime de competência.

3.5. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

3.5.1. Ativos Contingentes

É um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

3.5.2. Passivos Contingentes

São caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente; ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

3.5.3. Provisão

É um passivo de prazo ou de valor incertos, que são reconhecidas quando: (i) a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

3.6. Outros ativos/passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

3.7. Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9,00%
PIS/Pasep	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	7,60%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5,00%

Relativamente ao Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a ABGF está sujeita à tributação com base no Lucro Real Anual. A apuração do IRPJ e da CSLL tem por base os balancetes mensais de suspensão ou redução, utilizando-se a base de cálculo do Lucro Real antes da compensação e prejuízos fiscal, quando houver, ajustados pelas adições e exclusões.

A ABGF está submetida ao regime de incidência não cumulativa para as contribuições do PIS/Pasep (Programa de Interação Social) e da COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), tendo como fato gerador o faturamento mensal, assim entendido o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica.

3.8. Reconhecimento de receita e despesa

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade e é apresentada líquida de cancelamentos.

3.9. Ativos e Passivos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, na forma da NBC TG 48 do Conselho Federal de Contabilidade, os procedimentos para registro, controle e divulgação dos ativos e passivos financeiros sofreram modificações relevantes.

3.9.1. Ativos Financeiros

Para classificação dos ativos financeiros, são avaliadas as características dos ativos, o fluxo de caixa contratual e o modelo de negócios da Companhia para gestão desses ativos, podendo ser mensurados ao (i) custo amortizado, ao (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao (iii) valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja mantê-los com vistas a receber os fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. – ABGF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**



Ao invés de mensurar os investimentos ao valor justo por meio do resultado, no reconhecimento inicial, a Companhia pode efetuar uma escolha irrevogável para investimentos específicos em instrumento patrimonial e mensurá-los ao valor justo apropriado em outros resultados abrangentes.

3.9.2. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado.

3.10. Ativos patrimoniais – cotas de fundos garantidores

A ABGF aplicou, por analogia e de forma antecipada, a norma relativa a instrumentos financeiros (NBC TG 48) para mensuração e contabilização dos instrumentos patrimoniais relativos à sua participação como cotista de fundos garantidores. Com base em estudos, concluiu-se que esses instrumentos da ABGF em cotas de fundos garantidores devam ser mensurados pelo valor patrimonial (equivalente ao valor justo) por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios para gestão desses ativos determina que a ABGF tenha como objetivo a manutenção das cotas de fundos garantidores com a principal finalidade de lastro para prestação de garantias indiretas, recebendo seus fluxos de caixa somente em caso de resgate de cotas, quando não comprometidas com garantias.

As variações dos valores das cotas são registradas em outros resultados abrangentes, líquidas dos efeitos tributários.

3.11. Remuneração de Capital

A política atual da ABGF consiste em pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos mínimos equivalentes a 25% sobre o lucro líquido ajustado, em base anual. Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como um passivo e os dividendos adicionais mantidos em conta destacada do Patrimônio Líquido, aguardando aprovação pelo Conselho de Administração e deliberação da Assembleia Geral.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, as quais são revistas de maneira contínua.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

5. Patrimônio Líquido

A seguir a composição do Patrimônio Líquido da Companhia após o resultado do exercício.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Capital Subscrito	296.337.788	296.337.788
Reserva Legal	8.060.749	6.754.249
Reserva de Retenção de Lucros (i)	2.113.431	-
Dividendos Propostos (ii)	16.504.207	18.022.606
Outros Resultados Abrangentes	30.194	95.608
	323.046.369	**321.210.251**

(i) Está sendo submetido à assembleia de acionistas proposta de orçamento de capital com a consequente retenção de lucros para distribuição integral dos resultados obtidos no exercício de 2023;

(ii) Após a retenção das reserva legal e retenção de lucros, deduzidos os juros sobre o capital próprio, está sendo proposta que o saldo remanescente dos lucros do exercício seja distribuído sob a forma de dividendos adicionais.

Capital social

O Capital Social da ABGF é de R$ 296.337.788 (duzentos e noventa e seis milhões, trezentos e trinta e sete mil, setecentos e oitenta e oito reais), integralmente subscrito e integralizado pela União, composto por 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, com valor unitário de R$ 5.926,76/por ação.

Resultado do exercício

O resultado do exercício de 2023 foi de R$ 36.012.119, antes da provisão para o imposto de renda e a contribuição social, e de R$ 35.073.244, no exercício de 2022, representando um acréscimo de 2,7%. A receita operacional líquida com prestação de serviços reduziu em 3,3%, e o resultado financeiro líquido teve aumento de 7,3%, se comparado com o mesmo período de 2022, decorrente, principalmente, do aumento da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), no primeiro semestre/2023.

Apresentamos a seguir a composição do Resultado dos exercícios de 2023 e 2022.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Serviços Prestados	19.845.585	20.799.453
(-) Tributos sobre o Faturamento	(2.601.147)	(2.963.922)
Receita Líquida de Serviços	**17.244.438**	**17.835.531**
Resultado Financeiro Líquido	37.885.707	35.306.081
RECEITAS TOTAIS	**55.130.145**	**53.141.612**
(-) Despesas Operacionais	(19.118.026)	(18.068.368)
RESULTADO DO PERÍODO (antes de IRPJ e CSLL)	**36.012.119**	**35.073.244**
IRPJ e CSLL	(9.882.101)	(9.778.359)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**26.130.018**	**25.294.885**

As despesas operacionais tiveram aumento de 5,8%, decorrente principalmente, em relação aos reajustes contratuais nos serviços de terceiros, e, da readequação do quadro de pessoal próprio ocorridas no exercício de 2023.

A taxa efetiva de tributos sobre o Lucro da companhia no exercício de 2023, ajustado pelas adições, exclusões e benefícios fiscais, inclusive JCP, foi de 27,44%, ante a uma carga tributária de 34% de Imposto de Renda e Contribuição Social, conforme abaixo:

Base de Cálculo dos Tributos Sobre o Lucro

	Taxa Nominal	Taxa Efetiva
1. Resultado do Exercício	29.806.240	29.806.240
2. JCP incluído no Resultado	6.205.879	6.205.879
3. Resultado do Exercício	**36.012.119**	**36.012.119**
4. Adições	-	65.714
5. (Exclusões - Inclusive JCP)	-	(6.578.443)
6. Resultado ajustado	**36.012.119**	**29.499.390**

Taxa Nominal dos Tributos Sobre o Lucro

	IRPJ	CSLL	SOMA
1. Resultado do Exercício	36.012.119	36.012.119	
2. Alíquota IR (15%) CS (9%)	5.401.818	3.241.091	8.642.909
3. Adicional do IR (10% - 240.000)	3.577.212	-	3.577.212
4. Valor do Tributo (2+3)	**8.979.030**	3.241.091	12.220.121
5. Carga tributária - efetiva (4/1)	24,9%	9,0%	**33,93%**

Taxa Efetiva dos Tributos Sobre o Lucro

	IRPJ	CSLL	SOMA
1. Resultado ajustado	29.499.390	29.499.390	
2. Alíquota IR (15%) CS (9%)	4.424.909	2.654.945	7.079.854
3. Adicional do IR (10% - 240.000)	2.925.939	-	2.925.939
4. Valor do Tributo (7+8)	**7.350.848**	2.654.945	10.005.793
5. Benefícios Fiscais	123.691	-	123.691
6. Total de Tributos	**7.227.157**	2.654.945	9.882.102
7. Resultado do Exercício	**36.012.119**	**36.012.119**	
8. Carga tributária - efetiva (7/6)	20,07%	7,37%	**27,44%**

Resultado abrangente

Na Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas do Fundo Garantidor de Infraestrutura, realizada no dia 29 de dezembro de 2023, foi aprovada a destituição da ABGF como administradora do Fundo e designação da BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Tendo em vista a intenção da ABGF no resgate das cotas estatutárias do Fundo, o valor foi reclassificado para curto prazo, sendo mantido o Ajuste a Valor justo no Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários, na forma do CPC 48.

As informações referentes aos ajustes na forma do CPC 06 (R2) foram apurados de forma retrospectiva, com base no contrato de aluguel existente no exercício de 2022, revertido em 2023, em vista do registro contábil do Arrendamento a partir de agosto/2023.

Os resultados abrangentes dos exercícios de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Ajuste CPC 06 (R2)	(72.295)	72.295
FGIE – Fundo Garantidor de Infraestrutura	6.881	5.034
	(65.414)	**77.329**

Juros sobre Capital Próprio/Dividendos e Destinação do Resultado

Em conformidade com as Leis n.º 9.249, de 1995, e n.º 9.430, de 1996, e com o Estatuto da ABGF, a Administração decidiu pelo pagamento ao acionista de Juros Sobre o Capital Próprio (JCP), imputados aos dividendos obrigatórios, estabelecidos em 25% sobre o Lucro Líquido do Exercício Ajustado, calculado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404, de 1976.

O lucro líquido atribuível aos acionistas no exercício de 2023 foi de R$ 22.710.086 (vinte e dois milhões, setecentos e dez mil e oitenta e seis reais), sendo que para remuneração do capital próprio sob a forma de juros sobre o capital próprio foi destinado o montante de R$ 6.205.879 (seis milhões, duzentos e cinco mil e oitocentos e setenta e nove reais), e dividendos adicionais, no valor de R$ 16.504.207 (dezesseis milhões, quinhentos e quatro mil e duzentos e sete reais) destacado em conta específica no patrimônio líquido para ser distribuído aos acionistas, a critério da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Também estão sendo propostos à Assembleia orçamento de capital e constituição de reserva de retenção de lucros, no montante de R$ 2.113.431 (dois milhões, cento e treze mil e quatrocentos e trinta e um reais), visando subsidiar investimentos previstos para o exercício de 2024.

Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2023.

	Valor
Resultado do Exercício de 2023	**36.012.119**
Provisão para o Imposto sobre a Renda e Contribuição Social.	(9.882.101)
Lucro Líquido do Exercício	**26.130.018**
Reserva legal (5%)	(1.306.501)
Lucro Líquido Ajustado (base de cálculo do dividendo)	**24.823.517**
Juros Sobre o Capital Próprio	6.205.879
Destinação do Resultado	
1. Lucro Líquido do Exercício	**26.130.018**
2. Reserva legal	1.306.501
3. Juros sobre o capital próprio (JCP) atribuídos aos Dividendos	6.205.879
4. Retenção de lucros	2.113.431
5. Dividendos Excedentes ao Mínimo	16.504.207

Reservas de Lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. O montante de reserva legal acumulada até o exercício de 2023 é de R$ 8.060.749.

Com a desqualificação da ABGF no Plano Nacional de Desestatização, está sendo proposto orçamento de capital para o exercício de 2024, visando a retenção de Lucros no montante de R$ 2.113.431, tendo como finalidade investimentos previstos para o exercício de 2024.

6. Eventos subsequentes

Em 29/12/2023, por ocasião da 9ª Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas, foi feita a transição do FGIE para o FDIRS – Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável, e aprovada a BRL TRUST Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, como sua nova administradora.

Conforme protocolo de transição, todas as obrigações legais emergidas a partir do exercício de 2024, serão de responsabilidade da nova administradora, que passou a ter a denominação "FDIRS – Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável".

Os serviços prestados pela ABGF até o final exercício de 2023, bem como o resgate das cotas de propriedade da ABGF foram liquidadas em janeiro de 2024.

Maíra Madrid Barbosa da Silva
Presidente

Luiz Eduardo do Nascimento Legaspe
Diretor de Garantias

Luiz Carlos e Silva
Contador
CRC-DF 013.783/O-8

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. – ABGF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**



MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA – COAUD

Nota Técnica DIAFI/GECON nº 018/2024/O de 15 de fevereiro de 2024
Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF)

Os membros do Comitê de Auditoria - COAUD/ABGF, nos termos de suas atribuições estabelecidas em seu Regimento Interno, procederam a revisão e análise das Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e do Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da "**Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF)**", acompanhadas do Parecer Jurídico nº 009/2024/GEJUR, de 20 de fevereiro de 2024, e do Relatório Preliminar do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2023, recebido por e-mail, sem ressalva e, considerando as informações prestadas pela Administração da ABGF e pelo sócio da BDO RCS Auditores Independentes S/S., recomendam a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Brasília, 7 de março de 2024.

Carlos Alberto de Paula
Presidente

Valdir Augusto Assunção
Membro

Estela Maris Vieira de Souza
Membro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Administradores da
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.
Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. ("ABGF" ou "Companhia")** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.** em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da **ABGF**, foi submetida aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração .

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 22 de março de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 DF 002567/F

Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC 1 DF 015827/O-3

PARECER Nº 001/2024/COFIS/ABGF

Relatório Anual de Administração, Demonstrações Contábeis, e Proposta de Distribuição do Resultado, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023.

1. O Conselho Fiscal da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, em sua 16ª reunião extraordinária realizada nesta data, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conferidas pelo artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e pelo artigo 59, incisos II e III, do Estatuto Social, tendo conhecimento do teor da Nota Técnica DIAFI/GECON nº 018/2024/O, de 15 de fevereiro de 2024, apreciou: i) o Relatório Anual de Administração; ii) as Demonstrações Contábeis da Companhia, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas; e iii) a Proposta de Distribuição do Resultado, todos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023.

2. Assim, com base na apreciação realizada e à luz do Relatório dos Auditores Independentes emitido pela empresa BDO RCS Auditores Independentes SS, sobre as Demonstrações Contábeis da ABGF, de 22.03.2024, sem ressalvas, e com base no parecer do Conselho de Administração emitido em 22.03.2024, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 22 de março de 2024.

Moisés de Sousa Carvalho Pereira
Presidente do Conselho

Ernesto Carneiro Preciado
Conselheiro

PARECER Nº 001/2024/CONAD/ABGF

Relatório Anual de Administração e Demonstrações Contábeis da ABGF, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023.

1. O Conselho de Administração da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, em sua 128ª reunião ordinária realizada nesta data, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conferidas pelo artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e pelo artigo 42, incisos IV e VII, do Estatuto Social, tendo conhecimento do teor da Nota Técnica DIAFI/GECON nº 018/2024/O, de 15 de fevereiro de 2024, examinou: i) o Relatório Anual de Administração; ii) as Demonstrações Contábeis da Companhia, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas; e iii) Proposta de Distribuição do Resultado, todos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023.

2. Considerando que, de acordo com o Estatuto Social, Artigo 11º, inciso I, compete à Assembleia Geral de Acionistas a aprovação das demonstrações financeiras, da destinação do resultado do exercício e da distribuição de dividendos, o Conselho de Administração manifesta-se favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis da Companhia, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas.

3. No que se refere a remuneração proposta de destinação de resultados, o Conselho de Administração manifesta-se favoravelmente à distribuição da seguinte forma: a) R$ 1.306.501 (um milhão trezentos e seis mil e quinhentos e um reais) para a reserva legal; b) R$ 2.113.431 (dois milhões cento e treze mil e quatrocentos e trinta e um reais) para reserva de lucros, tomando por base orçamento de capital aprovado; c) R$ 22.710.086 (vinte e dois milhões setecentos e dez e oitenta e seis reais) para distribuição aos acionistas como juros sobre capital próprio e dividendos.

4. Assim, com base no exame realizado e à luz do Relatório dos Auditores Independentes emitido pela empresa BDO RCS Auditores Independentes SS, o Conselho de Administração da ABGF autorizou o encaminhamento da matéria para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Brasília (DF), 22 de março de 2024.

Pedro Helena Pontual Machado
Conselheiro

Andalessia Lana Borges Câmara
Presidente Substituta

Juliana Pinheiro de M. V. Falcão
Presidente do Conselho

Ana Maria Melo Netto Oliveira
Conselheira

Carlos Alberto de Paula
Conselheiro

PLANALTINA

Quatro prédios com risco de desabamento são evacuados

Edifícios apresentam perigo e três deles foram interditados pela Defesa Civil. Asfalto em frente também tem rachaduras.

MAYRA DIAS
redacao@grupojbr.com

Por apresentarem risco de desabamento, quatro prédios foram evacuados na noite de domingo (28), na quadra 18 do Buritis 4, em Planaltina. Três deles foram interditados para avaliação. No térreo de um dos edifícios funciona um supermercado.

O Corpo de Bombeiros do DF foi acionado por moradores após eles notarem rachaduras na parede e ouvirem estalos. As edificações evacuadas e interditadas são de um prédio com quatro apartamentos e sete pessoas; outro com um apartamento com quatro pessoas e um prédio com sete apartamentos e 18 pessoas.

De acordo com os bombeiros, as estruturas apresentam diversas rachaduras e emitem estalos e, como os moradores foram evacuados, os prédios interditados serão avaliados pela Defesa Civil.

Além dos prédios, a rua em frente às construções também foi interditada, pois, segundo os profissionais, o asfalto apresenta rachaduras visíveis.

Até o momento, um dos prédios no lote 12, foi liberado. Os apartamentos nos lotes 13, 14 e 15, porém, seguem interditados. O motivo das rachaduras e estalos ainda não foi identificado.

O problema

Conforme explica Érick Luiz de Freitas, engenheiro civil especialista em infraestrutura, nenhum prédio se rompe de uma vez. Segundo o especialista, os sinais sempre são dados, e as pessoas precisam se atentar a eles. "A estrutura conversa com a gente. As patologias nas estruturas, como é o caso da situação de Planaltina, são fissuras, trincas e rachaduras. A diferença entre cada uma é o tamanho", explicou. "Se aparecer fissura, pode ser material de baixa qualidade, mas se essa fissura aumentar, a pessoa precisa entender que há um problema continuado. É importante tratar disso porque a abertura de rachadura permite intempéries que aceleram processos de danos na estrutura. Por isso a observação é importante", acrescentou o engenheiro, confirmando que o gesto dos moradores de alertar as autoridades do que estava acontecendo foi correto.

Sinais graves

Ainda de acordo com Freitas, rachaduras são sinais graves, sejam elas nas edificações ou no solo. "Engenheiros identificam o problema somente pelo tipo de rachadura. Os estalos aparecem quando as rachaduras não são solucionadas. Estalos significam um grande problema, então a ação da polícia e da defesa civil de intervir nessas construções foi muito correta e coerente", pontuou Érick.

Para a população, a recomendação de Rafael Martins Gomes, engenheiro Civil, professor e perito judicial, é confiar no trabalho dos profissionais e esperar. "O mais certo é contar com profissionais habilitados para acompanhar esse tipo de construção. É melhor que sobreviver com esse tipo de apreensão", pontua. "É de extrema importância observar o surgimento repentino de fissuras não apenas nas paredes mas também em vidros. Elementos mais frágeis vão acusar o golpe antes da estrutura em si. Eles servem, em muitos casos, como sinalizadores de irregularidades", recomendou o profissional.

MAYRA DIAS/JORNAL DE BRASÍLIA



Até o momento, um dos prédios foi liberado. Três seguem interditados.

Causa de colapso nas estruturas é investigada

"A Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil (SUDEC), vinculada Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF), informa que as equipes responsáveis estão no local interditado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) desde a noite de domingo.

Diante do risco de desabamento e colapso estrutural, a Defesa Civil foi acionada para fazer a avaliação da estrutura, emitiu os termos de interdição de 3 das 4 edificações após análise técnica e na manhã de ontem esteve no local para realizar nova vistoria. Somente a partir do laudo será possível descobrir a motivação do colapso das estruturas.

A Sudec esclarece que atua executando ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, destinadas a evitar ou minimizar desastres, apoiando as ações dos riscos de emergência, que realizam as primeiras intervenções."



NA AGRISHOW

JOEL SILVA/FOTOARENA/AE



Caiado, Tarcísio e Bolsonaro na Agrishow: governadores buscam seguidores do ex-presidente para voos mais altos em 2026

"Plantando sementes"

Em discurso, Bolsonaro elogia Tarcísio e Caiado, pretensos pré-candidatos à Presidência

Ao lado dos governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), dois pretensos pré-candidatos ao Palácio do Planalto em 2026, o ex-presidente Jair Bolsonaro afirmou, nesta segunda-feira, que seus aliados não precisam se preocupar pois, caso não retorne ao comando do país no futuro, ele plantou "sementes".

O ex-presidente, que está inelegível por força de decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e tenta, com recursos, reverter a decisão, fez a declaração em Ribeirão Preto (a 313 km de São Paulo), onde participou do primeiro dia de visitação pública da Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (Agrishow).

Bolsonaro voltou a utilizar um evento oficial do Governo de São Paulo na Agrishow para discursar aos presentes na feira. "Vamos em frente, nós acreditamos em vocês, nós acreditamos no Brasil e, se eu não voltar um dia, fiquem tranquilos. Nós plantamos sementes ao longo desses nossos quatro anos", afirmou, ao término do seu discurso de dez minutos. Ele foi o último a discursar.

Em seguida, apontou para Caiado e disse que "tem sementes mais velhas também" [...] "com condições de germinar e dar bons frutos ao país". Antes, ao abrir o discurso, elogiou Tarcísio pela gestão em São Paulo e a atuação em seu governo. "Ouso dizer que podemos ter alguém [no futuro, em São Paulo] igual a ele, melhor muito difícil", disse o ex-presidente.

Fora da abertura oficial, realizada no domingo e restrita a autoridades, expositores e imprensa, Bolsonaro esteve na feira agrícola no primeiro dia aberto aos visitantes e, a exemplo do que fez em 2023 - quando a cerimônia inaugural foi cancelada por conta de um imbróglio que o envolveu.

Ao discursar, enumerou medidas que tomou em sua gestão e criticou o governo do presidente Lula, ao perguntar se os participantes se lembravam de cinco nomes de ministros do atual governo. Disse que isso não ocorreria por falta de qualificação ou de moral para ocupar os cargos dos atuais ministros.

Antes dele, Tarcísio discursou e qualificou Bolsonaro como um presidente reformista, visionário e que sempre valorizou e foi parceiro do agronegócio.

No evento, foram entregues chaves de tratores a beneficiados pelo programa Pró-Trator e títulos de regularização fundiária. Depois do ato, Bolsonaro, com Caiado a sua direita e Tarcísio a esquerda, desfilaram pelas ruas da Agrishow na caçamba de uma camionete.

Mal-estar

No ano passado, a abertura oficial foi cancelada pela organização após o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, ter se sentido "desconvidado" de participar da cerimônia ao ser informado que Bolsonaro estaria nela.

O episódio gerou um mal-estar entre a feira e o governo Lula, que ameaçou cortar patrocínio do Banco do Brasil ao evento - o que acabou não ocorrendo. A Agrishow é organizada por Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), Federação da Agricultura e da Pecuária de São Paulo (Faesp) e Sociedade Rural Brasileira (SRB).

Sem o ato inaugural, Bolsonaro - então em sua primeira viagem pelo país após retornar de um período de três meses nos Estados Unidos - disse no palco do auditório do espaço do governo paulista na feira que o agronegócio "precisa de políticos que não atrapalhem" o setor e criticou homologações de terras indígenas assinadas por Lula, a quem chamou de "cidadão que está no Palácio".

> "VAMOS EM FRENTE, NÓS ACREDITAMOS EM VOCÊS, NÓS ACREDITAMOS NO BRASIL E, SE EU NÃO VOLTAR UM DIA, FIQUEM TRANQUILOS. NÓS PLANTAMOS SEMENTES AO LONGO DESSES NOSSOS QUATRO ANOS."
>
> **JAIR BOLSONARO,** em discurso na Agrishow

Bolsonaro está em Ribeirão desde domingo. No mesmo horário em que discursavam o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), outros três ministros de Lula e representantes de associações ligadas ao agro, o ex-presidente fazia um ato na zona sul da cidade com políticos como o próprio Tarcísio, que subiu ao caminhão de som para discursar.

A ausência do governador foi criticada por dirigentes de entidades presentes no auditório em que ocorreu a cerimônia de abertura da feira. Para eles, Tarcísio deveria ter respeitado a liturgia do cargo que ocupa e comparecido por ser o governante máximo de São Paulo, num evento que acontece numa fazenda pertencente ao governo paulista. Nos discursos, o governador só foi lembrado por seu secretário da Agricultura, Guilherme Piai.

A Agrishow será realizada até sexta-feira, com 800 marcas expostas em seus mais de 25 quilômetros de ruas e a expectativa de receber cerca de 200 mil visitantes. A previsão é que as intenções de negócios gerados na feira sejam equivalentes ao recorde obtido no ano passado - R$ 13,7 bilhões, em valor atualizado pela inflação (*Da Folhapress*).

doALTOdaTORRE

Eduardo Brito
edubrito.252525@gmail.com



BIA KICIS PROMETE APOIO A CAIADO


REPRODUÇÃO/X

Até agora neutra na sucessão presidencial, a deputada brasiliense Bia Kicis, sempre ela, declarou voto no governador de Goiás, Ronaldo Caiado. Bia foi até à feira do Agrishow, em Ribeirão Preto (*foto*), para anunciar sua posição. De certa forma, foi uma surpresa, pois o ex-presidente Jair Bolsonaro nunca declarou apoio a Caiado, embora também não o criticasse. Nesta segunda-feira, ele rompeu o silêncio em Ribeirão Preto (SP). Em pronunciamento, Bolsonaro afirmou que "plantou sementes" enquanto esteve no governo federal e que nomes conhecidos da política brasileira, como Caiado, podem substituí-lo na corrida ao Planalto. É verdade que deixou escapar uma picuinha. Alfinetou o governador, dizendo que "mesmo as sementes mais velhas, com um pouco de água, têm condições de germinar pelo nosso país". Chamado de velho, Caiado vacilou, mas não passou recibo.

Homenagem ao sucessor

Além do luto oficial, o governador Ibaneis Rocha fez questão de deixar uma mensagem pessoal sobre a morte do advogado Juliano Costa Couto. Comentou que Juliano "foi um advogado pleno e um líder incontestável à frente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal, entidade que presidiu de 2016 a 2018, e onde tivemos a oportunidade de trabalhar juntos, revelando sua competência, equilíbrio e permanente disposição para o diálogo. Deixa um legado que há de inspirar a reafirmar, a cada dia, o compromisso com o espírito público que nos anima. Seu nome será sempre recordado com saudade, tanto pelos amigos e amigas, pela advocacia, pelo Direito que ele defendeu, e por Brasília, que tanto amou. Aos familiares, deixo os mais sinceros pêsames".

Tem lado, sim

Para quem acha que o MST não tem lado dentro do governo. Invadiu nesta segunda-feira a sede do Incra de Alagoas. É para mostrar que tem lado, sim. A medida foi uma represália à nomeação de um parente do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira.

Dia do Geógrafo

A Câmara Legislativa realizou, na noite de ontem, sessão solene em homenagem ao Dia do Geógrafo. Proposto e organizado pelo distrital Gabriel Magno (PT), o evento contou com a participação de representantes do Sinpro-DF, da Confederação Nacional do Trabalhadores em Educação, além dos professores Marília Luiza Peluso, Clerton Oliveira Evaristo, Francisco Chagas Barrada e Tony Marcelo Gomes de Oliveira, autor do livro Preexistências Geográficas de Brasília, que trata da origem da cidade com base na ciência e na evolução humana, lançado paralelamente à sessão.

Protesto contra a morte de Joca

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, o deputado brasiliense Rafael Prudente participou, em Brasília, do protesto de cerca de 150 tutores de cães contra a morte do cão Joca, um golden retriever que faleceu durante uma viagem aérea na semana passada. A manifestação – maior do que a relativa a vários seres humanos – ocorreu em frente ao guichê da Gol, empresa aérea responsável pelo voo em que estava o animal que faleceu. O deputado aproveitou para comunicar aos tutores que a Comissão de Meio Ambiente realizará no dia 8 de maio uma audiência pública para discutir medidas para garantir a segurança dos animais no transporte aéreo. Rafael Prudente disse que os dirigentes da Gol serão convocados para dar explicações.

LÚCIO BERNARDO JR/ AGÊNCIA BRASÍLIA


Madrinha de casamento

Coube mais uma vez à vice-governadora Celina Leão conduzir (*foto*) o casamento coletivo das noivas brasilienses, realizado no domingo às margens do Lago Paranoá. A essa altura, o casamento já segue um ritmo próprio, substituindo refrões melosos por palavras de ordem, como "Lugar de mulher é onde ela quiser", e por aí vai. As noivas adoram.

Países Baixos celebram o Dia Nacional

FABIANA CEYHAN


A Embaixada do Reino dos Países Baixos no Brasil celebrou o Dia Nacional, que acontece em 27 de abril, quando é comemorado o aniversário do Rei Willem-Alexander. A festa, conhecida como o Dia do Rei, é a maior celebração do país, e conta com vários eventos. Em Brasília, o embaixador André Driessen (*foto*) recebeu convidados em sua residência oficial para comemorar no dia 25. Membros do governo, jornalistas, comunidade neerlandesa e parceiros marcaram presença. A relação entre os Países Baixos (nome oficial da Holanda) e o Brasil é historicamente amistosa e de longa data, caracterizada por uma cooperação e coordenação bem-sucedidas em diversos campos. Dentro da relação bilateral, comércio e investimentos levam destaque. O Dia do Rei é uma ocasião para refletir sobre os laços sólidos que unem os dois países. "Neste ano, no Dia do Rei, a nossa data nacional que simboliza a unidade das pessoas que compõem o Reino, celebramos os 50 anos da mudança da Embaixada para Brasília e as relação bilateral. Holanda e Brasil têm uma relação histórica e de amizade. Nos últimos 50 anos, nesta bela cidade modernista que nos acolheu tão bem, consolidamos a cooperação mútua em várias áreas", afirmou o embaixador. "Estou muito entusiasmado com o que está por vir, pois Holanda e Brasil vão aprofundar ainda mais sua parceria, principalmente nos temas de agricultura sustentável, transição energética, água, logística verde e inovação," completou Andre Driessen.

Aprofundar a parceria

A economia holandesa atingiu recentemente 1 trilhão (1000 bilhões) de dólares e atualmente é a número 18 no mundo. Aparece em posições proeminentes nas listas de países inovadores e até mesmo dos países mais felizes no mundo. A Holanda possui desafios de sustentabilidade, ligados à agricultura, transição energética, gerenciamento dos recursos hídricos e outros temas que visam garantir um futuro seguro para a população. Essas questões são encontradas em várias regiões do mundo e se transformam em oportunidades de cooperação entre países. Com o slogan "#SolvingGlobalChallengesTogether", os Países Baixos estão fortalecendo os laços com o Brasil visando resolver questões tão importantes para os dois países que estão comprometidas com uma cooperação econômica mais estreita, especialmente no contexto da sustentabilidade.

ESPLANADA

Leandro Mazzini
Com Walmor Parente, Carol Purificação e Isabele Mendes
reportagem@colunaesplanada.com.br



EDUCAÇÃO PARALISADA

Retomar obras de educação paradas, sobretudo creches, é uma promessa do presidente Lula da Silva desde o início do governo. Mas a realidade é outra. Atualmente, o MEC tem mais de 3 mil obras de educação básica paralisadas.O Ministério possui um programa lançado em novembro do ano passado, em colaboração com o FNDE, para recomeçar as atividades, com investimento de R$ 3,8 bilhões. À Coluna, a pasta posiciona que a paralisação deve-se a uma série de fatores, inclusive irregularidades na gestão anterior. O órgão assegura que possui os recursos financeiros e o planejamento necessário para a conclusão das obras. A expectativa é concluir as reformas e ampliações com um prazo de 24 meses, podendo ser prorrogado por mais 24 meses.

Lula Bros x Chega aí

De olho no voto dos jovens, os dois maiores partidos do país - PT e PL – lançaram campanhas para atrair esse nicho do eleitorado. O PT lançou o Lula Bros, inspirado no personagem de jogo eletrônico Mario Bros. Já o partido do ex-presidente Jair Bolsonaro investe na campanha "Chega aí" e tem como um dos influenciadores o deputado Nikolas Ferreira (MG).



Dias no Piauí

Um dos alvos do puxão de orelha do presidente Lula da Silva, o ministro Wellington Dias (PT-PI) tem dado mais atenção ao estado em ano eleitoral que ao Congresso. Ou levando verba e programas da pasta ou ciceroneando colegas do governo. Como fez na última semana ao acompanhar a visita do ministro do Transportes, Renan Filho, às obras de rebaixamento da Avenida João XXIII, em Teresina.

Legado da Copa?

Não são apenas obras do legado da Copa do Mundo no Brasil que ainda não foram concluídas. À época, ficou acertado com a Fifa o investimento milionário nos chamados centros de desenvolvimento do futebol. Nenhum foi entregue até agora. O Ramal da Copa, em Pernambuco, que já consumiu mais R$ 200 milhões dos cofres públicos, também segue com obras congestionadas, sem previsão de conclusão.

BolsoDrones

A BR Dron, uma das maiores fabricantes de drones agrícolas do mundo, vai lançar duas versões inéditas durante a Agrishow 2024, que começou ontem em Ribeirão Preto (SP). Os novos modelos, T25 e o T50, contam com a marca e assinatura do ex-presidente Jair Bolsonaro."Temos certeza de que será um sucesso, já que a fábrica é líder global no segmento", diz Sérgio Ricardo Orsolin, CEO da empresa.

Ditadura

O Senado pode concluir essa semana a votação do PL 1.145/2021 que proíbe a nomeação de prédios, rodovias e bens públicos (ou geridos pela União) em homenagem a pessoas que participaram do golpe militar de 1964. A proposta, do senador Fabiano Contarato (PT-ES), tem parecer favorável do relator, Paulo Paim (PT-RS), e será votada na Comissão de Educação (CE).

ESPLANADEIRA

- # 31ª edição da ABF Franchising Expo acontece de 26 e 29 de junho, em SP. # NürnbergMesse Brasil e JHSF confirmam Gulfstream, Bombardier e Embraer na 3ª edição do Catarina Aviation Show em junho # Theatro Municipal do Rio de Janeiro recebe nova edição do Aulão do Bem. # SBAP divulga vagas gratuitas para o 11° Encontro Brasileiro de Administração Pública, de 27 e 29 de maio # Conab realiza operação de apoio à comercialização e ao escoamento de borracha dia 30 de maio. # Bruno Castaing expõe telas que trazem o feminino fantástico na Galeria Dobra, Fábrica Bhering, RJ.

NO SENADO

Governo quer aprovar Perse nesta semana

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou ontem que o governo vai trabalhar para votar ainda nesta semana no Senado o projeto de lei que reformula o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). Padilha reforçou que a articulação política buscará manter o acordo firmado com a Câmara em torno do texto.

"O acordo aprovado sobre Perse na Câmara (na semana passada) foi muito positivo. Vamos buscar confirmar este acordo no Senado. Nossa prioridade é buscar e votar essa semana no Senado baseado naquele mesmo relatório aprovado na Câmara", disse Padilha após se reunir com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e líderes governistas para tratar sobre as pautas prioritárias do Poder Executivo que tramitam no Congresso.

A relatora no Senado do Perse, Daniella Ribeiro (PSD-PB), afirma que vai incluir a correção pela inflação no custo de R$ 15 bilhões do programa até o fim de 2026. A mudança no texto deve aumentar o impacto fiscal dos incentivos tributários, em um revés para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A correção pela inflação estava no parecer da relatora na Câmara, a deputada Renata Abreu (Podemos-SP), mas foi retirada de última hora, pouco antes da votação no plenário da Casa, que ocorreu de forma simbólica na última terça-feira.

Daniella também deseja impedir que empresas com liminares favoráveis na Justiça tenham acesso aos benefícios. A ideia é que somente façam parte do programa as companhias incluídas na lista de setores da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAEs) prevista na lei e que tenham decisão judicial transitada em julgado, ou seja, definitiva.

O texto aprovado na Câmara prevê que 30 atividades tenham acesso ao programa. A Fazenda queria, inicialmente, reduzir a lista de 44 para 7, mas foi vencida. A expectativa é que a votação do relatório no Senado ocorra ainda esta semana, em sessão semipresencial.

O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), garantiu que o texto irá diretamente ao plenário, com urgência, sem passar por comissões. Caso as mudanças sejam aprovadas, a proposta retorna para nova análise da Câmara.


LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

Padilha reforçou que a articulação política buscará manter o acordo firmado com a Câmara em torno do Perse

O Perse foi criado em 2021, durante a pandemia de covid-19, para socorrer empresas de eventos com dificuldades financeiras, em razão da interrupção de atividades durante a quarentena.

O governo tentou extinguir os benefícios, alegando que as empresas já se recuperaram do período de baixa, mas enfrentou resistência do Congresso, que decidiu dar um fim gradual aos incentivos.

Durante as negociações, porém, por pressão do Ministério da Fazenda, a Câmara concordou em limitar os custos do Perse em R$ 15 bilhões até 2026.

Desgaste de Haddad

Haddad, no entanto, enfrenta um novo desgaste com o Parlamento, ainda mais intenso com Rodrigo Pacheco, desde que o governo ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) anulando os efeitos da desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia e para os municípios.

Na sexta-feira, Pacheco informou que o Senado apresentou recurso ao STF e disse que havia recebido a ação do governo com "perplexidade" - a prorrogação da desoneração da folha foi aprovada pelo Congresso com ampla maioria nas duas Casas. Mas o governo alega que não há previsão orçamentária para a despesa.

No sábado, após o jornal *Folha de S.Paulo* publicar uma entrevista em que Haddad cobra responsabilidade fiscal do Congresso, Pacheco emitiu uma nota em que afirma que compromisso com as contas públicas não significa uma "adesão integral ao Executivo". Ele cobrou ainda ações do governo no sentido de reduzir despesas, sem ampliar a arrecadação.

Depois de ter conseguido aprovar, no ano passado, medidas como a tributação dos fundos dos super-ricos e em paraísos fiscais, o chefe da equipe econômica tem encontrado mais resistência para avançar com a agenda arrecadatória no Parlamento neste ano (*Da Agência Estado*).

Opinião



ARTIGOS

A hora é de dialogar

Não será fácil, mas o país precisa encontrar uma saída para o conflito entre os Poderes que ameaça nossa democracia e também nossa economia. A Constituição diz que são três os Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — autônomos e harmônicos entre si. Os sinais são de que autonomia tem crescido e a harmonia diminuído, com sérios prejuízos para o país.

Tem razão o ministro Fernando Haddad, da Economia, que, em entrevista, queixou-se de que o Legislativo, por decisão do Legislativo, tem os mesmos poderes do Executivo para criar despesas e renunciar a receitas, com a diferença de que os parlamentares não precisam, em suas decisões, respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal, enquanto o governo é obrigado a cumprir a legislação. E isto tem gerado sérios problemas, pois os lobbys no Parlamento são fortes, provocando uma elevação das despesas que impede que se atinja o equilíbrio fiscal.

O ministro defende que todos sejam submetidos às mesmas normas de responsabilidade fiscal, sem a qual o equilíbrio é impossível, em prejuízo da população. Em tese o ministro está certo, como também o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco, que defende o Legislativo afirmando que "uma coisa é ter responsabilidade fiscal, outra bem diferente é exigir do Parlamento adesão total ao que pensa o Executivo sobre o desenvolvimento do país".

A sabedoria popular nos ensina que "em casa que falta pão, todo mundo grita e ninguém tem razão". No Brasil falta equilíbrio fiscal para que se consiga levar adiante programas que atendam a necessidade do povo. E o fiscal não vamos conseguir se antes não conseguirmos o equilíbrio político, que se obtém através do diálogo e de boas intenções.

Hoje, infelizmente, parece faltarem os dois. Há uma preocupante radicalização política e um desenfreado aumento dos grupos de interesse dentro do Parlamento, situação que se complica com a incapacidade do presidente Lula em liderar uma equipe montada não com base da competência de seus membros, mas de acordo com os interesses partidários. O tempo para se buscar o diálogo vai se estreitando. Estamos ás portas das eleições municipais que formarão os palanques de 2026. Montados os palanques, a situação se agrava.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA, jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

Diversidade na liderança

Imagine um time de líderes provenientes de diferentes origens, culturas e experiências, unidos em um propósito comum: promover a diversidade e a inclusão em suas organizações. Agora, pense nos benefícios que essa diversidade pode trazer não apenas para a liderança, mas para toda a equipe e, por consequência, para a empresa como um todo.

A diversidade na liderança não é apenas uma questão de representatividade; é uma fonte inesgotável de perspectivas únicas, ideias inovadoras e soluções criativas. Quando líderes de diferentes origens se reúnem para tomar decisões estratégicas, o resultado é um verdadeiro mosaico de pensamentos e abordagens que enriquecem as discussões e impulsionam a busca por soluções mais abrangentes e inclusivas.

Além disso, a presença de líderes diversos envia uma mensagem poderosa para toda a organização: a de que as diferenças são valorizadas e respeitadas, criando um ambiente onde todos se sentem reconhecidos e representados. Isso não apenas fortalece o senso de pertencimento dos colaboradores, mas também estimula a inovação e a criatividade, fundamentais para o sucesso em um mundo em constante transformação.

No entanto, para colher os frutos da diversidade na liderança, é necessário ir além da mera representatividade. É preciso promover uma cultura organizacional que incentive o diálogo aberto, o respeito mútuo e a valorização das contribuições individuais. A diversidade por si só não garante o sucesso; é o ambiente inclusivo e acolhedor que permite que as vozes diversas sejam ouvidas e respeitadas.

Portanto, convido você a refletir sobre o papel da diversidade na liderança e como podemos promovê-la em nossos ambientes de trabalho. Ao reconhecer e valorizar as diferenças, estamos construindo um caminho para o sucesso coletivo, onde cada voz tem o poder de enriquecer as discussões e impulsionar nosso crescimento conjunto.

Que possamos nos tornar líderes que não apenas aceitam a diversidade, mas que a celebram e a promovem ativamente em nossas organizações. Juntos, podemos construir um futuro onde a força da diversidade na liderança seja reconhecida como um pilar fundamental do sucesso.

Com esperança por um futuro mais inclusivo,

LISA CARDOSO, especialista em Gestão Estratégica de Pessoas

Quando um relacionamento faz mal

Aristóteles uma vez disse que o homem é um animal social. Desde sempre, criamos laços e fomentamos todos os tipos de conexões — amorosas, pessoais e profissionais. Se relacionar é o que nos torna humanos. Entretanto, um relacionamento deve oferecer um lugar seguro para nos expressarmos, trazendo conforto e confiança. Mas isso nem sempre acontece, e algumas vezes o que deveria levar alívio acaba deixando cicatrizes invisíveis na alma.

Os relacionamentos abusivos (ou tóxicos, na linguagem moderna) são mais comuns do que imaginamos e, em sua maioria, possuem uma explicação psicológica. Eles surgem através da ideia de desenvolvimento humano a partir da relação mãe-bebê. Na fase inicial da vida, a mãe é responsável pela satisfação das necessidades básicas da criança, o que influencia diretamente na formação da identidade e na sua capacidade de estabelecer relações saudáveis.

Em um relacionamento tóxico, esse processo é distorcido, com o agressor muitas vezes assumindo um papel controlado semelhante ao da figura materna. Outro ponto de análise é a "capacidade de estar a sós", desenvolvida durante a infância. A criança precisa experimentar momentos em que se sinta segura na solidão para desenvolver autonomia. Isso contribui para evitar que a vítima se torne dependente emocionalmente do agressor.

Enquanto o abusivo age de forma manipuladora, tornando-se, paradoxalmente, uma fonte de conforto e ameaça, a vítima se vê forçada a desviar de sua verdadeira identidade para agradar o agressor, resultando em uma perda da própria essência. Também é preciso se atentar a quebra do ambiente facilitador, representado pela relação materna, que pode levar a uma falha na capacidade de confiar, contribuindo para o ciclo de controle e violência.

Ao explorar a influência das primeiras relações na formação da identidade e na capacidade de estabelecer laços saudáveis, podemos compreender melhor os mecanismos ocultos que fomentam os relacionamos abusivos, e dessa forma evita-los.

CRISTINA NAVALON, psicóloga

CHARGE



CARTAS DO LEITOR

Episódio triste na PMDF

Este caso de tortura na PMDF tem que ser rigorosamente apurado pela justiça . Não é mais admissível que em pleno século 21 ainda ocorra este tipo de situação . Com certeza , este é mais um resquício do extremismo que tomou conta do país e que se instalou em plena capital federal! O governador tem que se manifestar também, aliás já passou da hora de se criar uma guarda distrital para policiamento no DF. Definitivamente a PM não dá conta do recado!

WASHINGTON L. S COSTA, Samambaia

Obrigado, Juliano Costa Couto

A advocacia do DF perdeu um de seus mais incríveis componentes. Se existia alguém que conseguia ser unanimidade, esse era Juliano Costa Couto. Uma memória invejável. Um carisma sem igual. Era impossível não se tornar seu amigo logo no primeiro contato.

Eu perdi um amigo. Um pai na advocacia. Alguém que me abriu portas, que me mostrou oportunidades. Que comemorou vitórias e me fez manter os pés no chão. E que puxou minha orelha com as derrotas e me fazia pensar em momentos que eu tomava decisões erradas. Você não precisava me abraçar no começo da minha carreira. Mas fez questão de estender a mão e me mostrar por onde eu deveria ir. Estava sempre atento a cada movimento que eu fazia na carreira.

Lembrou de mim quando a melhor oportunidade da minha vida apareceu. Jamais vou esquecer você me ligando, eu em plena audiência, e você querendo falar comigo com urgência para que eu pudesse ter diante de mim a maior experiência profissional da minha vida.

Obrigado amigo. Você influenciou uma geração de jovens advogados que ladearam com você pelo sonho de uma Ordem inclusiva e jovem. Sentirei saudades de você. Na verdade, sentiremos saudades de você. Eu, minha família, Brasília e todos os advogados do Brasil que puderem conhecer você.

EMMANUEL SALES, Gama

CARTAS PARA A REDAÇÃO:

redacao@grupojbr.com

SIG trecho 1 - Lote 765 - Brasília - DF - CEP 70610-400.

Inclua nome completo, endereço e identidade

As charges, artigos e comentários publicados nesta página são a opinião de seus autores. E não refletem necessariamente a opinião deste jornal



FEBRE AMARELA

Vacinação é principal prevenção

Saúde alerta para vigilância, após registro de dois novos casos. Imunizante está disponível no SUS.

Após o registro de dois novos casos de febre amarela na região de divisa entre São Paulo e Minas Gerais, o Ministério da Saúde emitiu um alerta pedindo que estados e municípios comuniquem casos suspeitos da doença com a maior agilidade possível – sobretudo em áreas onde há transmissão ativa do vírus.

A pasta destacou que a agilidade é importante para que futuros surtos de febre amarela no país sejam evitados e para que ações de resposta sejam prontamente executadas caso haja necessidade.

O comunicado ressalta que a doença é facilmente evitável por meio de vacina, disponível no Sistema Único de Saúde (SUS) para todas as idades. A cobertura vacinal contra a febre amarela no Brasil, entretanto, está abaixo do recomendado.

A pasta recomenda ainda que seja utilizada a estratégia da busca ativa de pessoas não vacinadas nas regiões de ocorrência de casos. Na última sexta-feira, 150 mil doses extras da vacina contra febre amarela foram disponibilizadas ao estado de São Paulo.

"Também foi feita a recomendação para o livre acesso à vacina nas unidades de saúde, sem a necessidade de agendamento prévio", informou a nota. "Em mensagem enviada aos estados e municípios, o Ministério da Saúde também coloca à disposição equipes de apoio a investigação epidemiológica dos casos", diz nota do Ministério.

Nos últimos seis meses, quatro casos foram registrados no país – um em Roraima, um no Amazonas e dois em São Paulo. Desse total, três pacientes morreram. Os dois casos mais recentes foram identificados em um homem de 50 anos, morador da região entre Águas de Lindóia e Monte Sião, que morreu; e em outro, de 28 anos, no município de Serra Grande, que já está curado.

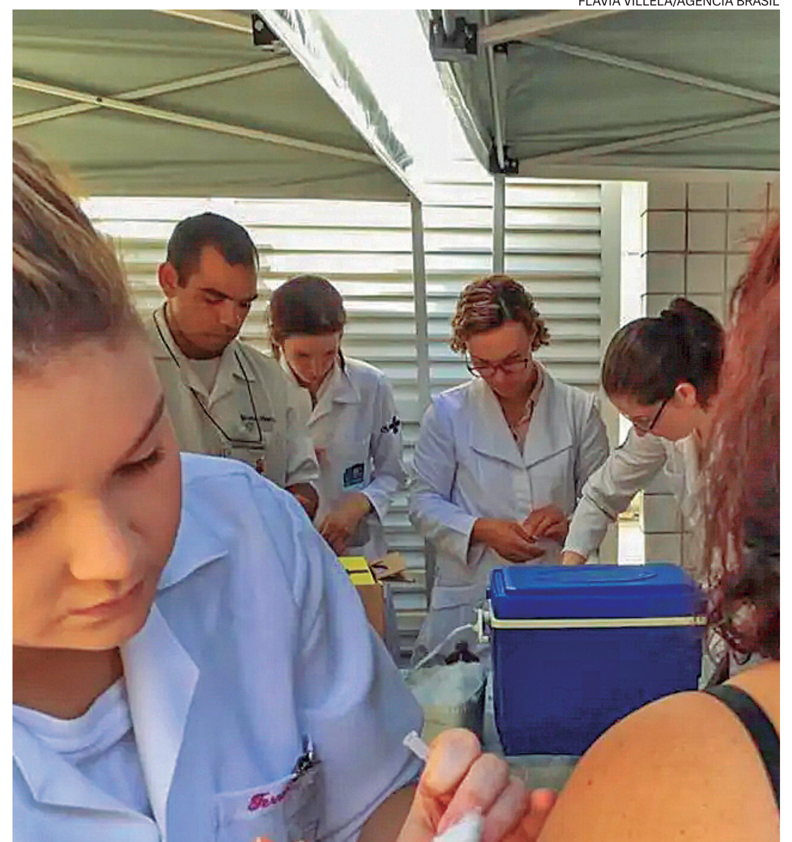
Áreas endêmicas

De acordo com o ministério, a febre amarela é classificada como endêmica apenas na região amazônica, mas, de tempos em tempos, o vírus reaparece em outras áreas. A maior parte dos casos ocorre entre dezembro e maio.

"Surtos ocorrem quando o vírus encontra condições favoráveis para a transmissão, como altas temperaturas, baixas coberturas vacinais e alta densidade de vetores e hospedeiros", destacou a pasta.

A partir de 2014, o vírus reemergiu na Região Centro-Oeste e se espalhou, nos anos seguintes, para as demais regiões do país. Entre 2014 e 2023, foram registrados 2.304 casos de febre amarela em humanos e 790 mortes pela doença.

FLAVIA VILLELA/AGÊNCIA BRASIL



Agilidade é importante para que surtos de febre amarela sejam evitados

APÓS NOMEAÇÃO

MST invade sede do Incra em Alagoas

O Movimento dos Sem Terra (MST) invadiu nessa segunda-feira a sede do Incra em Alagoas como forma de protesto contra a nomeação do indicado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para a superintendência do órgão no estado. O movimento afirmou, em nota, que o escolhido, Junior Rodrigues do Nascimento, "representa a continuidade da gestão com traços do bolsonarismo".

Nascimento foi nomeado no lugar de Wilson César de Lira Santos, primo do presidente da Câmara, exonerado no último dia 16. A saída foi fonte de um grande mal-estar. A solução foi Lira indicar um novo nome, o que, para o governo, tornou o caso "superado".

O MST afirma que havia um acordo entre entidade e o Ministério de Desenvolvimento Agrário de que o substituto do primo de Lira seria o servidor de carreira do instituto José Ubiratan. A entidade afirma que os movimentos pelo direito à terra foram "surpreendidos com a nova indicação de Lira para a condução do órgão mais uma vez".

"Segundo os movimentos, a nomeação de Junior acende mais uma luz amarela na condução da política agrária em Alagoas que tem sua cadeira rifada aos interesses individuais em virtude das necessidades coletivas das comunidades e organizações camponesas no estado", afirma a nota do MST.

Semana passada, o governo Lula (PT) nomeou Nascimento para a superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Até assumir o cargo, Nascimento comandava a Naturagro, uma ONG que prestava assistência técnica para o Incra em Alagoas. A Naturagro já firmou acordo de cooperação técnica com o Incra de Alagoas neste ano. O termo foi acertado entre Nascimento e o primo de Lira.

O MST pedia a troca do primo de Lira desde o início do governo Lula. Em abril do ano passado, uniu-se a outros seis movimentos sociais campesinos para invadir a sede do Incra em Maceió e pedir a mudança, que gerou irritação de Lira em meio a disputas entre os Poderes (*Da Folhapress*).

Economia



CONCURSO PÚBLICO

MGI abre mais 200 vagas

Seleção para candidatos de nível superior será temporária e oferece salários de R$ 8,3 mil

Mais um órgão do governo anunciou um concurso para a contratação de 200 profissionais em diversas áreas com ensino superior. A remuneração inicial é de R$ 8.300, com direito a auxílio-alimentação. Na semana passada, foi fechado acordo com o governo para pagar R$ 1.000 de auxílio a servidores.

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos divulgou nesta segunda-feira que a taxa de inscrição do concurso promovido pela pasta será de R$ 60.

Serão 200 vagas para especialistas em áreas de tecnologia, logística e gestão, com 20% para candidatos negros e 5% para deficientes, divididas conforme mostra o quadro abaixo.

A carga horária é de 40 horas semanais e o candidato precisa ter ensino superior completo para concorrer.

Em algumas áreas, é exigido título de mestre ou doutor, e também experiência profissional de pelo menos cinco anos.

As inscrições estarão abertas entre as 9h do dia 2 de maio e 23h59 de 20 de maio, no site do Instituto AOCP, que organizará o processo seletivo. O endereço é este: https://www.institutoaocp.org.br. Candidato inscrito no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal) ou doador de médula óssea poderá pedir isenção da cobrança da taxa de inscrição. A solicitação tem de ser feita entre 2 e 6 de maio, através de um formulário no site da organizadora da prova.

Prova

O processo seletivo terá uma prova com 70 questões de múltipla escolha, sendo cinco de português, cinco de raciocínio lógico, cinco de direito administrativo, cinco de gestão no setor público, cinco de governo digital e 45 de conhecimentos específicos.

Para os candidatos a especialista em gestão de projetos, haverá uma mudança. Eles responderão dez questões de governo digital, em vez de cinco de governo digital e cinco de gestão no setor público.

A data da prova não foi confirmada, mas o edital prevê que ela deve ser realizada na tarde de 30 de junho em todas as capitais do país. Ainda pode haver a inclusão de outras cidades, dependendo do número de inscritos.

O concurso terá validade de quatro anos, sendo prorrogável por mais quatro anos.

SERVIÇO

Distribuição das vagas

- **45 vagas para especialista em gestão de processos (sendo 34 de ampla concorrência, 9 para negros e 2 para candidatos com deficiência)**
- **40 vagas para especialista em desenvolvimento de software (sendo 30 de ampla concorrência, 8 para negros e 2 para candidatos com deficiência)**
- **35 vagas para especialista em ciência de dados (sendo 26 de ampla concorrência, 7 para negros e 2 para candidatos com deficiência)**
- **30 vagas para especialista em análise de processo de negócios (sendo 22 de ampla concorrência, 6 para negros e 2 para pessoas com deficiência)**
- **20 vagas para especialista em segurança da informação e proteção de dados (sendo 15 de ampla concorrência, 4 para negros e 1 para candidato com deficiência)**
- **15 vagas para especialista em UX - experiência do usuário (sendo 11 de ampla concorrência, 3 para candidatos negros e 1 para pessoa com deficiência)**
- **15 vagas para especialista em infraestrutura de TI - tecnologia da informação (sendo 11 de ampla concorrência, 3 para negros e 1 para pessoa com deficiência)**

RAFA NEDDERMEYER/ AGÊNCIA BRASIL



Taxa de inscrição do concurso promovido pelo MGI será de R$ 60

Caderno do CNU

O site do Concurso Nacional Unificado (CNU) já tem um espaço para a publicação do caderno de questões. A seção, no entanto, está em "construção".

Por medida de segurança, a prova do "Enem dos Concursos" não poderá ser levada para casa pelos candidatos, o que gerou críticas nas redes sociais. As respostas não poderão ser anotadas no cartão de inscrição, que não poderá ter rasuras.

Os exames da seleção, a maior já realizada no país, com 6.640 vagas em 21 órgãos públicos, ocorrerão em 228 cidades, incluindo todas as capitais no próximo domingo, 5 de maio. Ao todo, são 2,1 milhões de inscritos.

A prova será realizada em dois horários diferentes. O exame da manhã começará às 9h (horário de Brasília), com a abertura dos portões às 7h30 e o fechamento será 8h30. A duração será de 2h30. No mesmo dia ocorrerá a segunda prova, que iniciará às 14h30, com os portões abrindo às 13h e fechando às 14h. Os concorrentes terão 3h30 para entregar o teste. A pasta promete disponibilizar os cadernos de questões a partir das 20h de 5 de maio e gabarito oficial no dia 7 de maio.

Torcida



FUTEBOLETC

Acompanhe a coluna Futebol Etc nas redes sociais
Twitter-X (@marcondesbrito)
Instagram (@blog.futeboletc)

Marcondes Brito
mbritofuteboletc@gmail.com



BOICOTE NO BARÇA PODE ARRUINAR A CARREIRA DE VITOR ROQUE

O garoto Vitor Roque, 19 anos, revelado pelo Cruzeiro e que despontou internacionalmente vestindo a camisa do Athletico-PR, desembarcou em Barcelona no dia 5 de janeiro como uma das maiores promessas do mundo do futebol.

Vitor Roque estava na mesma "prateleira" de Endrick, comprado pelo Real Madrid ao Palmeiras. Mas, passados menos de quatro meses, o menino prodígio soma 13 partidas com a camisa do Barça, com 310 minutos dentro de campo e somente dois gols marcados. Seu futuro no clube catalão é totalmente incerto.

"Ainda não decidimos nada"- diz Xavi Hernandez. "Devemos entrar em consenso sobre muitas coisas quando a temporada terminar. Não é fácil vir de outra liga, com a idade que Vitor Roque tem. Precisa de confiança e precisa jogar. Já decidiremos. Ele pode jogar no Barcelona no futuro com certeza, porque tem qualidade", complementa o treinador, que nunca escondeu que tem uma certa ojeriza por jogadores brasileiros.

O medo que se tem é que Vitor Roque protagonize mais um fracasso de jovens craques brasileiros, como Gabigol, na Inter de Milão; Kaio Jorge, na Juventus; Pedro, na Fiorentina; Reinier, no Real Madrid, dentre tantos outros que foram mal aproveitados nos seus primeiros meses na Europa.

No ano passado, Xavi Hernandez não deu a mínima chance de a torcida do Barcelona

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM



avaliar a possibilidade de Neymar voltar ao clube. Quando surgiram os primeiros rumores, ele apressou-se em dizer que "o clube tem outras prioridades", ressaltou.

Foi mais uma "tapa na cara" de Xavi em Neymar. Recorde-se que, em 2015, durante a comemoração do título da Champions League, isso aconteceu literalmente.

Os jogadores do Barça, depois de derrotarem a Juventus por 3 x 1 no Estádio Olímpico de Berlim, desfilavam em carro aberto pelas ruas de Barcelona, quando Xavi, meio de pileque, irritou-se com Neymar e meteu a mão em sua cara.

Atualmente, o craque brasileiro que Xavi aproveita com frequência no time titular é Raphinha, mas o treinador faz questão de ressaltar as suas características, dizendo que "nem parece brasileiro".

"Raphinha é diferente dos brasileiros com quem joguei...

É um futebolista que desde o 1º minuto demonstra personalidade. E isso diz muito sobre ele", destaca o técnico do Barça.

FLAMENGO

Sequência de fracassos gera pressão

O técnico Tite gosta de usar o saldo de gols como termômetro para apontar o equilíbrio de uma equipe. E como equilíbrio ele se refere a se defender bem e atacar com eficiência. Pois é justamente o que tem faltado ao Flamengo nos últimos jogos. Numa série jogando no sintético, na altitude e no calor das 11h da manhã no Rio, o time se desequilibrou. Duas derrotas, um empate e o saldo de gols negativo: -3.

O jogo contra o Botafogo, perdido por 2 x 0 em pleno Maracanã, foi o elemento mais recente a elevar a pressão sobre o time e o treinador.

O Flamengo não só passou em branco como não deu sequer um chute na direção do gol do Botafogo. As 14 tentativas foram para fora, segundo números do *Footstats*.

Ao mesmo tempo, o time mostrou problemas defensivos em jogadas cruciais e não conta mais com aquela blindagem que chamou a atenção no Carioca. No Brasileirão, o Fla despencou na tabela. Estacionou nos sete pontos e viu o rival alcançar a liderança, com nove.O saldo de gols rubro-negro, métrica que Tite trata com carinho, está em zero.

A sequência de jogos contra Palmeiras (sintético), Bolívar (altitude) e Botafogo (calor de 11h) ainda deixou mais interrogações sobre o aspecto físico dos jogadores (*Da Folhapress*).

WTA DE MADRI

Bia Haddad avança às quartas de final

A brasileira Beatriz Haddad Maia conseguiu um importante resultado nesta segunda-feira ao superar Maria Sakkari em jogo válido pelo WTA 1000 de Madri. Ela venceu o duelo com a rival grega por 2 sets a 0, parciais de 6/4 e 6/4, em 1h49 e avançou às quartas de final do torneio.

Após consolidar sua 11ª vitória em 23 duelos diante de adversárias de nível top 10, ela terá pela frente Iga Swiatek, primeira do ranking. A polonesa confirmou o seu favoritismo diante da espanhola Sara Sorribles ao ganhar 12 games seguidos e fechar o confronto em 2 sets a 0, parciais de 6/1 e 6/0.

Este vai ser o quarto encontro entre as duas. Bia levou a melhor em Toronto (2022), na última vez que foi longe em um torneio nível WTA 1000 (caiu apenas na final). Já Swiatek venceu a brasileira em Roland Garros, no ano passado, e voltou a triunfar em 2024, pela United Cup.

O resultado desta segunda, diante de Sakkari, comprova o momento de recuperação de Bia na temporada. Esta foi a quarta vitória consecutiva sobre a tenista grega, que ocupa a sexta colocação na lista da WTA. Além disso, também é a quarta vez que a paulistana atinge a fase de quartas de final de um torneio nível 1000.

Atual número 14 do mundo, Bia repete a performance de Toronto, em 2022, e Doha e Roma, na temporada passada. Com o resultado, assegura também 215 pontos e abre uma boa chance de recuperar o 13º lugar no ranking.

OSCAR DEL POZO / AFP



A brasileira venceu jogo por 2 sets a 0 e passou para a próxima etapa

No jogo, Sakkari mostrou falta de foco no primeiro set e cometeu muitos erros. Assim, a brasileira aproveitou para obter a primeira quebra ainda no terceiro game. Com ampla superioridade, Bia emplacou um 5 a 2 e só então encontrou resistência por parte da adversária. A rival encostou no marcador, mas acabou perdendo o set por 6/4.

Na segunda parcial, o panorama se manteve com Bia obtendo uma quebra no terceiro game. Sakkari reclamou do piso, não conseguiu manter o ritmo, e voltou a falhar. Dona do confronto, Bia não teve dificuldades em confirmar a vitória com um novo 6/4 e garantir a permanência no torneio.

SEDE DA COPA FEMININA

Brasil só tem um concorrente

Os Estados Unidos e o México desistiram de sua candidatura conjunta para receber a Copa do Mundo feminina de 2027. As federações de futebol desses países anunciaram sua retirada e afirmaram que vão se preparar para apresentar um projeto mais bem-acabado para a edição seguinte, em 2031.

Restam, assim, duas candidaturas. Uma delas é do Brasil, que aposta na estrutura do Mundial masculino de 2014 para organizar a competição. A outra é de Alemanha, Bélgica e Holanda, que pretendem se dividir como sede das partidas.

A definição ocorrerá em 17 de maio, em votação aberta no Congresso da Fifa (Federação Internacional de Futebol), em Bancoc, na Tailândia. Dirigentes da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) e membros do governo federal têm exibido algum otimismo no processo.

Esse otimismo cresceu com a desistência da candidatura conjunta da América do Norte. Cartolas de Estados Unidos e México, a pouco mais de duas semanas do anúncio da sede de 2027, resolveram adiar seus planos.

"Receber uma Copa do Mundo é uma empreitada enorme, e ter tempo adicional na preparação nos permite maximizar o impacto em todo o mundo", disse Cindy Parlow Cone, presidente da U.S. Soccer, a federação de futebol dos Estados Unidos.





PASSAGEM HISTÓRICA

RENAN AREIAS/AGÊNCIA O DIA/ESTADÃO CONTEÚDO



Rainha do pop desembarcou ontem no RJ. Discreta, com óculos escuros, ela foi direto para o Copacabana Palace, hotel em frente à praia onde fará seu show icônico.

Espetáculo ícone de Madonna no Rio

Rainha do pop chegou ontem ao Brasil e promete fazer de Copacabana a maior pista de dança do mundo

Madonna, que chegou ao Rio de Janeiro nessa segunda-feira para aquele que promete ser um show histórico, no sábado (4), escolheu a dedo os lugares para passar com a "The Celebration Tour", que comemora os 40 anos de sua carreira. O Brasil foi o único local da América do Sul que a cantora vai passar e onde também encerrará sua turnê.

Um grupo de fãs aguardava a chegada da cantora e gritou seu nome quando o comboio passou.

O cirurgião-dentista Fabio Alencar, hospedado no Copacabana Palace, foi o fã que pôde vê-la mais de perto até agora. Alencar estava na recepção do hotel quando Madonna chegou. Ela estava de jaqueta e bonés pretos e óculos escuros. "Achei ela simpática. Falei o nome dela e ela sorriu", disse. "Ela é bonita e simpática. Todos [da equipe] foram educados. Realizei meu sonho de vê-la de perto", completou Alencar.

Copacabana, a maior pista de dança do mundo

Com estrutura digna de uma rainha, Madonna traz uma equipe de 200 pessoas e 270 toneladas de equipamentos, que começaram a chegar ao Rio neste domingo.

Com um setlist especial, que vai desde "Holiday" e "Vogue", até suas músicas de eras mais recentes, como "Madame X", a apresentação será realizada na praia de Copacabana e promete reunir um público de 1,5 milhões de pessoas.

O show de abertura ficou a cargo do DJ Diplo, conhecido por hits como "Lean On". Ele é um parceiro de longa data de Madonna e já fizeram diversas parcerias juntos, chegando até a aparecer no clipe de "Bitch, I'm Madonna".

No entanto, diferente de outros lugares, a rainha do pop vai transformar a praia de Copacabana na maior pista de dança do mundo. O palco da cantora no Brasil terá o dobro do tamanho do palco usado em sua turnê mundial, que aconteceu em arenas e estádios.

Serão 812 metros quadrados, com 24 metros de frente e pé direto de 18 metros até o teto. A cantora terá três passarelas por onde anda e faz suas icônicas danças durante a apresentação. A passarela central tem 22 metros de extensão.

Para os que forem assistir de longe o show da musa, é importante reforçar que a estrutura foi construída com 2,40 metros de altura do chão, permitindo a visão do público que estiver na praia, além de telões espalhados no local.

Luxo

A cantora está hospedada em um dos hotéis mais luxuosos do Rio de Janeiro, em uma cobertura no Copacabana Palace com vista para o mar. A *Penthouse Suite Ocean View*, ou suíte cobertura com vista ao oceano, está voltada para a praia que receberá o show aberto da cantora e, ao todo, tem 104 m², tamanho de um apartamento confortável de três quartos.

"Aconchegantes, espaçosas e com linda vista para a praia. As quatro suítes desta categoria oferecem o conforto que o hóspede precisa para relaxar com privacidade", diz a descrição do hotel. Piscina privativa, banheiro de mármore espaçoso com banheira e chuveiro e uma varanda com vista panorâmica estão inclusos.

Às 13h, Madonna fez uma rápida aparição em uma das janelas do hotel. Tirou os óculos escuros e olhou em direção ao palco onde se apresentará no sábado.

Segurança e estratégia

Com a expectativa de um público massivo, as autoridades locais já planejam um esquema operacional detalhado. O foco está em garantir a segurança e a fluidez do trânsito, considerando o volume excepcional de pessoas e a necessidade de manutenção da ordem.

A cidade terá 170 voos extras durante o período de 1º a 6 de maio, de 27 diferentes cidades. Entre 3 e 4 de maio, a Rodoviária Novo Rio terá 30% de horários extras para movimento de ônibus. O bairro de Copacabana já tem mais de 85% de sua capacidade hoteleira ocupada.

Transmissão ao vivo

Os fãs da rainha do pop que não forem ao show podem ficar tranquilos. A grande apresentação será exibida pela *TV Globo*, pelo *Multishow* e pelo *Globoplay*, que terá sinal aberto para não assinantes. Essa é a quarta vez que a Madonna se apresenta no Brasil. A última foi há 12 anos.

A transmissão do show tem direção geral de Pedro Secchin e direção de gênero de Raoni Carneiro. O desenho de captação do show está sendo concebido em parceria com Jonas Akerlund, diretor sueco, colaborador de longa data da cantora (*Da Folhapress com Agência Estado*).

EX-PRESIDENTE DO URUGUAI

José Mujica anuncia diagnóstico de câncer no esôfago

O ex-presidente José Mujica anunciou nesta segunda-feira que sofre de câncer de esôfago depois que um tumor foi detectado durante um check-up médico na última sexta-feira.

"Descobriu-se que tenho um tumor no esôfago, que está obviamente muito comprometido e é duplamente complexo no meu caso, porque sofro de uma doença imunológica", disse o ex-presidente em uma coletiva de imprensa.

Mujica, de 88 anos, acrescentou que devido a esta doença há "dificuldades" na utilização de técnicas de quimioterapia ou cirurgias. As equipas médicas estão a avaliar as formas de tratamento mais viáveis.

Mais conhecido como "Pepe" Mujica, o ex-presidente liderou o Uruguai entre 2010 e 2015 e seu governo se destacou por uma ampla agenda social, que incluía o apoio ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e a criação do primeiro mercado nacional para a maconha legal.

Embora tenha se aposentado do Senado e da política em 2020, nunca deixou de lutar as causas que defende, por isso garantiu que, enquanto puder, continuará ativo nas fileiras da esquerdista Frente Ampla.

"Enquanto a vibração persistir, vou continuar. Quero transmitir às meninas e aos meninos (jovens) que a vida é bela, mas se desgasta e cai. A questão é recomeçar cada vez que se cai e, se houver raiva, transformá-la em esperança. Ninguém se salva sozinho", expressou ele na entrevista coletiva.

O presidente Lula usou seu perfil no X, antigo Twitter, para desejar "carinho e força" ao ex-presidente uruguaio José Mujica. "Ao irmão Mujica, minha admiração e solidariedade. Você é um farol na luta por um mundo melhor. Sempre estivemos juntos nos momentos bons e nos momentos difíceis", escreveu.

AFP



Ex-presidente liderou o Uruguai entre 2010 e 2015 e seu governo se destacou por uma ampla agenda social

ASSÉDIO SEXUAL

Gérard Depardieu é preso

O ator francês Gérard Depardieu foi preso, nesta segunda-feira, na polícia judiciária de Paris acusado de ter agredido sexualmente duas mulheres.

O ator deverá responder ainda as acusações de ter feito comentários obscenos durante as filmagens de um longa-metragem em 2021 e de um curta-metragem em 2014.

A primeira denúncia foi feita em fevereiro por uma decoradora que trabalhou na produção do filme "Les Volets Verts", de Jean Becker, e que acusa o ator de agredi-la sexualmente em 2021.

Ela afirma que o artista fez comentários indecentes e depois a "agarrou brutalmente" e "esfregou sua cintura, a barriga, até os seios".

A segunda mulher, uma ex-assistente de direção, fez uma denúncia semelhante. Segundo ela, Depardieu teria utilizado palavras indecentes por ocasião das filmagens de "Le Magicien et les Siamois", de Jean-Pierre Mocky.

Em março deste ano, a atriz Anouk Grinberg afirmou que produtores sabiam do comportamento de Depardieu.

"Quando produtores de cinema contratam Depardieu para um filme, sabem que estão contratando um agressor", disse Grinberg em entrevista à *AFP (Da Folhapress)*.

CLASSIFICADOS&EDITAIS

classificados@grupojbr.com (61) 99637-6993

Edição impressa produzida pelo **Jornal de Brasília** com circulação diária em bancas e assinantes.

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletônico: ***https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal**

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.

San Francisco II
CONDOMÍNIO RESIDENCIAL

CONDOMÍNIO SAN FRANCISCO II

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Na condição de síndico, usando das atribuições legais conferidas pelo Artigo 7º da Convenção, convoco os(as) senhores(as) Condôminos(as) do CONDOMÍNIO SAN FRANCISCO II, localizado na DF 140 Km 03 Rodovia Diogo Machado, Setor Habitacional Tororó, Jardim Botânico - Brasília - DF - CEP 71.684-400, para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, que se realizará no DIA 11 DE MAIO DE 2024 (SÁBADO), às 9:00h (nove horas), em PRIMEIRA CONVOCAÇÃO com 50% da totalidade dos CONDÔMINOS e, às 9:30h (nove horas e trinta minutos), em SEGUNDA E ÚLTIMA CONVOCAÇÃO, com QUALQUER NÚMERO, assim como emana o Artigo Art. 12 da Convenção, a ser realizada no salão do Condomínio, a fim de deliberarmos sobre a seguinte ordem do dia: 1. Discutir e votar o relatório de contas do Síndico, com parecer do Conselho Fiscal; 2. Discutir e votar o orçamento de receitas e despesas para o exercício seguinte; 3. Fixar o pró-labore do Síndico; 4. Isenção da taxa ordinária do Condomínio para o síndico; 5.Eleger o Síndico, Subsíndico, Tesoureiro e os membros do Conselho Fiscal/Consultivo. Diogo dos Reis Guirau - Síndico.

SINDICATO JORNALISTAS DF
Filiado à FENAJ e à CUT

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, no atributo de suas funções, convoca os jornalistas do Correio Braziliense para assembleia geral extraordinária no dia 2 de maio de 2024, nas dependências da empresa, com 1ª chamada às 16h00 e segunda chamada às 16h15, para tratar da seguinte pauta:
- situação do plano de saúde;
- regularização do pagamento de salários e férias, bem como dos depósitos do FGTS.

Brasília, 30 de abril de 2024
Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal
Logo do SJPDF

JOSÉ EDUARDO REZEK AJUB

AVISO DE RECEBIMENTO DE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Torna público que está recebendo do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença de Instalação - Prorrogação nº 1/2024, a título de prorrogação da LI nº 2/2022, para a construção de 08 (oito) galpões para a atividade de Avicultura de Corte, na Chácara nº 16, Colônia Agrícola Estanislau, DF-130, km 17,5/VC-411, km 1,7, Planaltina - DF. Processo n° 00391-00001956/2021-79. José Eduardo Rezek Ajub, proprietário.

A **Associação dos Ex-Combatentes do Brasil-AECB/DF,** atendendo seu estatuto, convoca todos os sócios a participar da AGO a ser realizada em 04/05/2024, as 09:0h, em sua sede a SGAN 913, Conj. F, Asa Norte-DF, para tratar sobre Prestação de Contas do exercício 2023.

TJDFT **Poder Judiciário da União**
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PRIMEIRA VARA DE FAMÍLIA DE BRASÍLIA

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS/INTERDIÇÃO DEFINITIVA SEGREDO DE JUSTIÇA

NÚMERO DO PROCESSO: 0775837-97.2023.8.07.0016
CLASSE JUDICIAL: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
REQUERENTE: SIMONE APARECIDA DA SILVA
REQUERIDO: NIVA DA SILVA
O(A) Dr(a.) MARCELO CASTELLANO JUNIOR, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara de Família de Brasília, FAZ SABER a todos os terceiros quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da Ação INTERDIÇÃO/CURATELA (58) - Processo 0775837-97.2023.8.07.0016 , ajuizada por REQUERENTE: SIMONE APARECIDA DA SILVA, foi DECRETADA, mediante sentença transitada em julgado, a INTERDIÇÃO DEFINITIVA de REQUERIDO: NIVA DA SILVA, por ser incapaz de cuidar de si mesmo(a) e administrar seus bens. Nomeou-lhe curador(a): REQUERENTE: SIMONE APARECIDA DA SILVA, para o exercício de todos os atos jurídicos da vida civil. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado três vezes no Diário de Justiça Eletrônico (DJ-e), nos termos do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil. Dado e Passado nesta cidade de BRASÍLIA-DF, 26 de abril de 2024, 09:13:04.

Este documento foi gerado pelo usuário 721.***.***-10 em 29/04/2024 08:38:17
Número do documento: 24042609493585400000178047206
https://pje.tjdft.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24042609493585400000178047206
Assinado eletronicamente por: FABRICIO FONSECA DE MELO - 26/04/2024 09:49:36

OEI Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Edital Nº 163/2024
Contratação de consultor na Modalidade
PRODUTO PROJETO OEI/BRA/21/002

Diploma de conclusão de curso degraduação de nível superior, devidamente registrado e fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação ? MEC, em uma das seguintes áreas: ciência sociais, administração, direito, políticas públicas, gestão pública, tecnologia da informação ou correlatos, arquitetura ou engenharia.

Os interessados deverão enviar o CV entre os dias 30/04/2024 a 07/05/2024, conforme orientações para inscrição na página – https://oei.int/pt/escritorios/brasil/contratacoes

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151, de 22 de Julho de 2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional.

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DIRETORIA DE MATERIAIS E SERVIÇOS
AVISO DE LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2024 – UASG: 926120

O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual fornecimento de Motoniveladoras, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Processo SEI nº 00113-00000592/2024-87. Data e horário para recebimento das propostas: até às 09h00min do dia 16 de maio de 2024, com valor estimado de R$ 23.520.000,00. O respectivo Edital poderá ser retirado exclusivamente nos endereços eletrônicos www.der.df.gov.br e www.gov.br/compras. Demais informações no próprio Edital.

Brasília, 29 de abril de 2024.
Ana Hilda do Carmo Silva
Diretora de Materiais e Serviços

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 90004/2024 – UASG 200009

Nº Processo: 41460096053202398. Objeto: Contratação de empresa para realização de serviços gráficos e diagramação. Total de Itens Licitados: 14. Edital: 30/04/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sala 628, Ed. Sede do MPDFT, - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/200009-5-90004-2024. Entrega das Propostas: a partir de 30/04/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 15/05/2024 às 14h00 no site www.gov.br/compras.

ANA LUISA CARDOSO ZARDIM – Secretária de Licitação MPDFT

SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - DER/DF
AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

Torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM, Licença Ambiental Simplificada para as obras de implantação de via marginal na faixa de domínio da rodovia DF-290, na divisa do DF com Goiás, RA de Santa Maria Processo IBRAM nº 00391-00003655/2024-22.

Brasília/DF, 29 de abril de 2024.
Fauzi Nacfur Júnior
Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - DER/DF
AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

Torna público que requere ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM, Licença Ambiental Simplificada para as obras de pavimentação asfáltica da via local de acesso à Escola Classe Núcleo Rural Córrego do Atoleiro, RA Planaltina, processo nº 00391-00011947/2023-58.

Brasília/DF, 29 de abril de 2024.
Fauzi Nacfur Júnior
Presidente

SINDICATO DOS SERVIDORES DAS CARREIRAS QUE COMPÕEM OS ÓRGÃOS E ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DO DF

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA COM PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES

O SINDETRAN - DF convoca todos os servidores do Detran/DF para Assembleia Geral Extraordinária no dia 07 de maio, às 9h, no Estacionamento do Detran Sede, com paralisação das atividades durante o dia . Pauta: Gratificação de Habilitação, Reestruturação, Nomeação, dentre outros assuntos.

Heitor Martins de Oliveira
Presidente

32º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA
MINISTÉRIO DA DEFESA
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 00007/2023 - UASG 160058

Nº Processo: 64561008103202340. Objeto: Aquisição de insumos para Oficina mecânica. Total de Itens Licitados: 191. Edital: 29/04/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av Duque de Caxias, S/nr.,Setor Mil Urbano, - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/160058-5-00007-2023. Entrega das Propostas: a partir de 29/04/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 13/05/2024 às 09h30 no site www.gov.br/compras.

DIOGO CERSOSIMO KRISTOSCHEK
Ordenador de Despesas

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 90011/2024 – UASG 200009

Nº Processo: 33310107099202337. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para modernização do sistema de geração de energia de emergência. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 30/04/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sala 628, Ed. Sede do MPDFT, - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/200009-5-90011-2024. Entrega das Propostas: a partir de 30/04/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 15/05/2024 às 14h00 no site www.gov.br/compras.

ANA LUISA CARDOSO ZARDIM – Secretária de Licitação MPDFT

POSTO DE COMBUSTIVEL FRATELLI 103 NORTE LTDA.

AVISO DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO.

Torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a Licença de Operação SEI-GDF n.º 26/2024 - IBRAM/PRESI para atividade de Posto Revendedor de Combustíveis, no ST SHCN SQ 103 BLOCO A PAG LOJA 10, CEP: 70.722-000, Asa Norte, Brasília, Federal processo n° 00391-00013042/2017-74. AGLEIBE FERREIRA.

SINDICATO DOS BIOMÉDICOS DO DISTRITO FEDERAL (SINDBIOMÉDICOS/DF)

ASSEMBLEIA GERAL
CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL DA GESTÃO 2024/2026

O Presidente do SINDICATO DOS BIOMÉDICOS DO DISTRITO FEDERAL, Dr. Bruno Lacerda, no uso de suas atribuições legais, convoca todos Biomédicos associados para discussão e aprovação da chapa única para composição da Diretoria e do Conselho Fiscal para o mandato de 27/07/2024 a 27/07/2026, previstas no Estatuto Social. A eleição dar-se-á por votação presencial individual ou por aclamação em Assembleia Geral por ter aparecido somente chapa única regularmente inscrita e devidamente constituída para disputar o pleito. A eleição ocorrerá no dia 20 de junho de 2024, horário das 09h às 17h, no auditório da sede do sindicato, no Centro Empresarial Norte na Quadra 702 Norte, sala 615, Torre A, 6º andar, Asa Norte. E a posse da nova diretoria, se dará em 27 de julho de 2024 na sede do Sindbiomédicos/DF, Brasília. O presente Edital de Convocação da Eleição ficará afixado na sede do sindicato e será encaminhado por e-mail para todos associados e será divulgado no site do sindbiomedicosdf.org.br. Dr. Bruno Lacerda. Presidente do SINDBIOMÉDICOS/DF.

Secretaria de Estado de
Saúde do Distrito Federal
Diretoria de Aquisições
Central de Compras
GDF

AVISO DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 90082/2024 - UASG 926119

Objeto: Aquisição de ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS - OPME - CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA METÁLICA contemplados na Tabela SUS e CLIPE USO CIRÚRGICO NÃO contemplados na Tabela SUS do Ministério da Saúde, em atendimento à demanda da unidade de CIRURGIA GERAL da rede SES-DF, em Sistema de Registro de preços, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo SEI nº: 00060-00394538/2023-55. Total de 09 itens (Ampla Concorrência e cotas reservadas às ME/EPP's). Valor Estimado: R$ 181.333,6844. Cadastro das Propostas: a partir de 30/04/2024. Abertura das Propostas: 13/05/2024, às 9h, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus no site ou com ônus no endereço: SRTVN, Quadra 701, Conjunto C, Edifício PO 700, 2º andar, sala: Central de Compras/DAQ/SUCOMP, CEP: 70.723-040 - Brasília/DF.

JULIANA ARAÚJO E SOUZA
Pregoeira

Secretaria de Estado de Justiça e
Cidadania do Distrito Federal
Comissão de Locação de Imóveis
GDF

AVISO DE PROCURA DE IMÓVEL

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, por meio de sua Comissão de Locação de Imóveis – COLIM, torna público o aviso de procura de imóvel, comercial ou residencial, situado na Região Administrativa de Taguatinga - nº III, no Distrito Federal, para locação a fim de ser realizado contrato pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 10 (dez) anos, na forma prevista em legislação específica, desde que atenda às especificações contidas no Edital de Chamamento Público nº 07/2023, objeto do Processo Administrativo SEI nº 00400-00007679/2023-87. O imóvel deve ter, no mínimo, 150m² (cento e cinquenta metros quadrados), para instalação do Núcleo do Programa de atendimento às Vítimas de Violência - Pró-Vítima - Unidade Taguatinga, da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, conforme especificações contidas no Projeto Básico, devendo ser na área do Distrito Federal, situado na poligonal da Região Administrativa de Taguatinga - nº III. As propostas comerciais ou residenciais deverão ser digitalizadas e encaminhadas à Comissão de Locação de Imóveis, devidamente identificadas, para o endereço de correio eletrônico colim@sejus.df.gov.br, não podendo ter emendas, rasuras ou entrelinhas. Deverá, ainda, a proposta, estar datada, conter nome ou razão social, endereço completo do imóvel ofertado, telefone, e-mail para contato e deverá estar ASSINADA PELO PROPONENTE. Todos os valores da proposta deverão vir expressos em moeda nacional corrente e com validade não inferior a 90 (noventa) dias contados da sua apresentação. O Edital poderá ser retirado através do endereço eletrônico http://www.sejus.df.gov.br/. O prazo para os interessados apresentarem suas propostas será de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data da publicação deste aviso. Esta Secretaria de Estado reserva-se no direito de optar pelo imóvel que melhor atender às necessidades deste Órgão, que estejam dentro das especificações legais. As propostas que não atenderem às exigências deste AVISO não serão consideradas. Informações a respeito do Edital pelo telefone: 61 99262-0500 (Comissão de Locação de Imóveis - horário comercial).

JALLES GONÇALVES DOS REIS
Presidente da Comissão

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF
AVISO DE LICITAÇÃO PE 90.005/2024

Processo Sei n. 0001880-82.2023.4.90.8000 – Objeto - Licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE E ITEM, para contratação de empresa especializada para fornecimento de subscrição de licenças do software *PHPStorm* e do pacote de aplicativos *Jetbrains - All Products Pack*, conforme especificações e quantidades estabelecidos no Módulo I do edital. ABERTURA: 16/05/2024, às 10h. EDITAL: Disponível a partir de 30/04/2024, às 8h. LOCAL: www.gov.br/compras. Informações: sei-selita@cjf.jus.br

Brasília/DF, 30 de abril de 2024
Luisa Aires Oliveira
Pregoeira

Secretaria de Estado de
Educação do Distrito Federal
Subsecretaria de Administração Geral
GDF

AVISO DE RESULTADO FINAL (COMPLEMENTAR)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2024 - (UASG 450432)

O Pregoeiro da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal vem comunicar aos interessados que, após conclusão do Pregão Eletrônico nº 90012/2024, processo SEI nº 00080-00232528/2023-52, sagraram-se vencedoras do certame as licitantes: YOUC DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 20.847.099/0001-79, vencedora no item 7 (sete) com o valor total de R$ 1.762.875,00 (um milhão, setecentos e sessenta e dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais); e OURO PRETO ALIMENTOS COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.942.903/0001-05, vencedora no item 8 (oito) com o valor total de R$ 281.280,09 (duzentos e oitenta e um mil, duzentos e oitenta reais e nove centavos). O resultado final parcial, bem como o presente resultado final complementar, encontram-se disponíveis nos sites www.gov.br/compras e www.se.df.gov.br.

ANTONIO DOS SANTOS TORRES
Pregoeiro

Terracap
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL
GDF

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação para Compra de Bens, Serviços e Obras – CPLIC/TERRACAP, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 78/2024 – DIRAF, comunica a realização do seguinte certame.

Processo:	00111-00004124/2023-57
Modalidade/número:	Pregão Eletrônico nº 11/2023
Tipo:	Menor Preço
Objeto:	Aquisição por Sistema de Registro de Preços para aquisição de desktops completos e notebooks juntamente com o devido suporte técnico e garantia on-site pelo período de 60 meses em lotes.
Valor estimado (R$):	O valor total estimado é de R$ 5.457.372,25 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil trezentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos).
Data/hora de abertura/local:	15/05/2024, às 15h.
Retirada do Edital e anexos:	Gratuitamente no sítio da Terracap www.terracap.df.gov.br, na seção licitações compras/serviços.

CRISTIANE P. MARTINS
Presidente da CPLIC

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL
CRM DF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO, DE 26 DE ABRIL DE 2024. ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS FEDERAIS, MEMBROS EFETIVOS E SUPLENTES, AO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA GESTÃO - 2024/2029.

A Presidente do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, alterada pela Lei nº 11.000 de 15/12/2004, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, com fundamento na Resolução CFM nº 2.335/2023, publicada no D.O.U, de 29/05/2023 (que dispõe sobre as normas para a eleição, em todos os estados e no Distrito Federal, de conselheiros federais, efetivos e suplentes, ao Conselho Federal de Medicina - Gestão 2024/2029) e com fundamento no Art. 3º, da Portaria CFM nº 47/2024, e Art. 3º e Parágrafo Único, da Portaria CFM nº 75/2024. Divulgar aos Senhores(as) Médicos(as) do Distrito Federal as seguintes instruções: 1 - O período para registro de chapas de candidatos ao CFM tem início às oito horas de 3 de junho de 2024 e término às 18 horas de 10 de junho de 2024, no site do CFM (horário de Brasília - DF). 2 - É obrigatório o registro prévio das chapas dos candidatos a conselheiros federais, efetivos e suplentes, ao CFM, que será realizado de forma virtual, no site do referido Conselho. 3 - Antes da apresentação dos documentos exigidos pela Resolução CFM 2.335/2023 para registro das chapas, os candidatos ou seus representantes devem habilitar-se como "usuários externos" no SEI-MEDICINA. As instruções detalhadas para essa habilitação estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: **https://portalsei.cfm.org.br/para-o-cidadao/login-de-usuario-externo**/. A habilitação de usuário externo poderá ser feita no período anterior à inscrição de chapa. 4 - A eleição ocorrerá em 2 (dois) dias: 6 e 7 de agosto de 2024, das 8 às 20 horas (horário de Brasília). 5 - As eleições serão realizadas por voto direto e secreto, exclusivamente pela internet. 6 - O voto será obrigatório para o médico que estiver em pleno gozo de seus direitos políticos e profissionais. 7 - Podem ser eleitos e eleitores os médicos inscritos primária e secundariamente no Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. 8 - O médico que não esteja quite com o Conselho Regional de Medicina do DF e / ou inscrito exclusivamente como "médico militar", não poderá ser candidato, nem poderá votar. 9 - Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Secretaria do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, sito ao SIG - Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 01, Centro Empresarial Parque Brasília, 2º Andar, Salas 201/202 - Zona Industrial - CEP: 70.610-410 - Brasília-DF. Tel: (61) 3322-0001 Endereço eletrônico: crmdf@crmdf.org.br. LÍVIA VANESSA RIBEIRO GOMES PANSERA. Presidente do CRM-DF.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO DE MATERIAIS - SEMA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 044/2023

PROCESSO: 0025519/2023 OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de seguro para cobertura, tipo Primeiro Risco Relativo, dos bens móveis e imóveis da Sede, Complexos Arquivístico e de Armazenamento e da Coordenadoria de Veículos e Transportes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios contra riscos de incêndio, explosão e queda de raios e seguros adicionais e franquias especificados.

DATA DE ABERTURA: 10/06/2024 - HORÁRIO: 14 HORAS - LOCAL: https://www.gov.br/compras/pt-br.

O Edital encontra-se, sem ônus, no sítio https://www.tjdft.jus.br/transparencia/contas-publicas/licitacoes-1/licitacoes.

Brasília, 26 de abril de 2024
Isabella de Sousa Brito
Secretária de Contratações e Gestão de Materiais

Cast Informática S.A.

CNPJ/MF nº 03.143.181/0001-01

Balanços patrimoniais - 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.305	11.050	11.625	12.111
Contas a receber	5	207.695	159.142	175.112	150.295
Adiantamentos	6	5.690	8.900	9.552	13.294
Estoques		-	-	1.862	1.973
Impostos a recuperar		2.504	2.920	7.327	6.153
Outros ativos		2.126	2.930	2.200	3.765
		228.320	**184.942**	**207.678**	**187.591**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Ativos financeiros	7.a	-	-	16.530	27.665
Partes relacionadas	19	53.634	56.005	-	-
Impostos diferidos	14.c	21.143	20.934	57.605	53.840
Investimentos	8	128	-	32	32
Imobilizado	9	3.428	4.113	3.654	4.528
Intangível	10	14.110	10.423	64.680	59.313
Direito de uso	11	5.517	5.835	23.622	23.183
		97.960	**97.310**	**166.123**	**168.561**
Total do ativo		**326.280**	**282.252**	**373.801**	**356.152**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante					
Fornecedores	12	8.978	7.129	16.730	14.124
Empréstimos e financiamentos	13	28.920	34.020	37.844	41.362
Obrigações trabalhistas e tributárias	16	84.597	73.139	101.098	95.431
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14.a	196	-	1.651	1.386
Partes relacionadas		436	-	2.347	2.310
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		3.234	-	4.468	635
Contas a pagar investimentos		579	579	16.103	16.903
Outras contas a pagar	15	324	185	7.080	3.328
		127.264	**115.052**	**187.321**	**175.479**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	54.329	63.906	67.696	77.385
Passivo financeiro	7.b	-	-	17.337	29.281
Partes relacionadas	19	24.070	42.806	-	-
Provisão para demandas judiciais	17	1.797	1.591	3.764	3.873
Impostos diferidos	14.c	-	-	5.790	5.790
Obrigações trabalhistas e tributárias	16	51.855	34.398	65.145	46.299
Contas a pagar investimentos		-	-	1.704	1.703
Provisão para perda com investimentos	8	38.406	4.065	-	-
		170.457	**146.766**	**161.436**	**164.331**
Total do passivo		**297.721**	**261.818**	**348.757**	**339.810**
Patrimônio líquido					
Capital social	18	11.250	11.250	11.250	11.250
Reserva legal		2.250	2.250	2.250	2.250
Reserva de lucros		15.059	6.934	15.059	6.934
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		**28.559**	**20.434**	**28.559**	**20.434**
Participação de não controladores		-	-	(3.515)	(4.092)
Total do patrimônio líquido		**28.559**	**20.434**	**25.044**	**16.342**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**326.280**	**282.252**	**373.801**	**356.152**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

				Reservas de lucros				
	Nota	**Capital social**	**Reserva legal**	**Reserva de retenção de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total**	**Não controladores**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**11.250**	**2.250**	**37.088**	**-**	**50.588**	**552**	**51.140**
Transações com os acionistas		-	-	-	-	-	(2.409)	(2.409)
Prejuízo do exercício		-	-		(32.674)	(32.674)	(2.235)	(34.909)
Destinação do lucro:								
Reversão sobre dividendos não distribuídos - acionistas majoritários		-	-	2.520	-	2.520	-	2.520
Absorção de prejuízo		-	-	(32.764)	32.764	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**11.250**	**2.250**	**6.934**	**-**	**20.433**	**(4.092)**	**16.341**
Transações com os acionistas		-	-	-	-	-	(763)	(763)
Lucro do exercício		-	-	-	12.935	12.935	1.340	14.275
Destinação do lucro		-	-	-	-	-	-	-
Lucros distribuídos		-	-	(1.575)	-	(1.575)	-	(1.575)
Dividendos mínimos obrigatórios	18.d	-	-	(3.234)	-	(3.234)	-	(3.234)
Constituição de reserva para retenção de lucros		-	-	12.934	(12.935)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**11.250**	**2.250**	**15.059**	**-**	**28.559**	**(3.515)**	**25.044**

Demonstrações dos resultados - 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Receita operacional, líquida	20	424.506	288.941	577.191	438.142
Custo dos serviços prestados	21	(343.705)	(247.113)	(472.177)	(369.527)
Lucro bruto		**80.801**	**41.828**	**105.014**	**68.615**
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	22	(37.791)	(42.948)	(69.652)	(83.873)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	31.924	18.399	12.311	1.124
Resultado de equivalência patrimonial	8	(34.152)	(31.102)		-
		(40.019)	**(55.651)**	**(57.341)**	**(82.749)**
Lucro/(prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**40.782**	**(13.823)**	**47.673**	**(14.134)**
Receitas financeiras	23	1.384	943	1.697	1.320
Despesas financeiras	23	(25.649)	(29.700)	(34.664)	(38.289)
		(24.265)	**(28.757)**	**(32.967)**	**(36.969)**
Lucro / (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL		**16.517**	**(42.580)**	**14.706**	**(51.103)**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	14.b	(3.791)	(331)	(4.160)	(2.110)
Diferidos	14.d	209	10.237	3.729	18.304
		(3.582)	**9.906**	**(431)**	**16.194**
Lucro líquido / (prejuízo)do exercício		**12.935**	**(32.674)**	**14.275**	**(34.909)**
Atribuído a:					
Participações de acionistas controladores		12.935	(32.674)	12.934	(32.674)
Participações de acionistas não controladores		-	-	1.340	(2.235)
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício		**12.935**	**(32.674)**	**14.275**	**(34.909)**
Lucro por ação (básico e diluído), em reais - R$		1,15	(2,90)	-	-

Demonstrações dos resultados abrangente - 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	12.935	(32.674)	14.275	(34.909)
Resultado abrangente total	**12.935**	**(32.674)**	**14.275**	**(34.909)**
Acionistas controladores	12.935	(32.674)	12.935	(32.674)
Acionistas não controladores	-	-	1.340	(2.235)

Diretoria

José Calazans da Rocha
Presidente
CPF: 098.795.606-04

Maraísa Paes Martins
Contadora
CRC: 1SP 157.782-O/0



BRB SERVIÇOS S.A

CNPJ: 12.875.569/0001-80



AVISO

As Demonstrações Contábeis da BRB Serviços S.A. apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da empresa demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas em conformidade com a Lei das S.A (Lei n.º 6404/76).

As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
a) https://jornaldebrasilia.com.br/
b) https://www.brbservicos.com.br/demonstracoes-contabeis/

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

ATIVO

	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE	**35.698.713**	**31.852.120**
CAIXAS E EQUIVALENTE DE CAIXA (NOTA 4)	**9.504.214**	**13.251.553**
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO (NOTA 5 i)	**24.133.215**	**17.587.908**
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 6 i)	**1.322.912**	**216.643**
IMPOSTOS A RECUPERAR (NOTA 6 ii)	**153.591**	**547.036**
DESPESAS ANTECIPADAS (NOTA 7 i)	**410.854**	**248.980**
ESTOQUES (NOTA 7 ii)	**173.927**	**-**
NÃO CIRCULANTE	**9.931.490**	**9.676.381**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**556.957**	**424.731**
Depósitos Judiciais (Nota10)	-	59.438
Despesas Antecipadas (Nota 7)	103.659	103.660
Impostos Diferidos (Nota 9)	453.298	261.633
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	**8.335.573**	**8.408.549**
Imobilizações em Uso	14.859.716	12.698.348
(Depreciações acumuladas)	(6.524.143)	(4.289.799)
INTANGÍVEL (NOTA 11)	**1.038.960**	**843.101**
Direito de uso de software	2.100.925	1.625.886
(Amortizações acumuladas)	(1.061.965)	(782.785)
TOTAL	**45.630.203**	**41.528.501**

PASSIVO

	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE	**14.326.198**	**12.533.213**
OBRIGAÇÕES COM TERCEIROS	**3.353.660**	**1.789.817**
Fornecedores (Nota 12 (a))	3.353.660	1.789.817
OBRIGAÇÕES ESTATUTÁRIAS	**296.245**	**1.429.814**
Dividendos (Nota 13 (c))	296.245	1.429.814
OBRIGAÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E SOCIAIS	**10.676.293**	**9.313.582**
Obrigações Fiscais (Nota 13 (a))	929.146	999.818
Encargos, Salários e Benefícios (Nota 13 (b))	3.833.383	3.612.181
Demais Credores	20.778	28.832
Provisões Trabalhistas (Nota 13 (d))	5.093.211	4.672.752
Demais Provisões (Nota 13 (e))	799.775	-
NÃO CIRCULANTE	**43.937**	**116.135**
PROVISÕES CONTINGENCIAIS (NOTA 14)	**43.937**	**116.135**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 15)	**31.260.068**	**28.879.153**
CAPITAL	**29.744.203**	**24.024.947**
De domiciliados no país	29.744.203	24.024.947
Reservas	**1.515.865**	**4.854.206**
TOTAL	**45.630.203**	**41.528.501**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas Operacionais	101.022.486	87.768.953
Receitas de Comissões (Nota 16)	114.600.404	99.797.243
Deduções da Receita	(13.577.918)	(12.028.290)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (NOTA 16)	**101.022.486**	**87.768.953**
Custos dos Serviços Prestados (Nota 17)	**(78.509.351)**	**(68.568.904)**
Custo de Pessoal	(62.067.935)	(53.528.945)
Outros Custos	(16.441.416)	(15.039.959)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	**22.513.135**	**19.200.049**
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	**(19.855.155)**	**(10.257.594)**
Despesa de Pessoal (Nota 18)	(10.897.120)	(9.554.426)
Despesas Administrativas (Nota 19)	(5.183.736)	(4.664.620)
Despesas Tributárias	(178.137)	(154.746)
Outras Receitas Operacionais (Nota 20 (a))	249.508	5.175.726
Outras Despesas Operacionais (Nota 20 (b))	(3.845.670)	(1.059.528)
RESULTADO OPERACIONAL	**2.657.980**	**8.942.455**
Resultado Financeiro	**1.071.274**	**868.639**
Receitas Financeiras	1.269.439	1.179.169
Despesas Financeiras	(198.165)	(310.530)
RESULTADO ANTES DA CSLL E IRPJ	**3.729.254**	**9.811.094**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(2.038.771)**	**(2.049.935)**
Contribuição Social (Nota 21)	(597.101)	(347.596)
Imposto de Renda (Nota 21)	(1.633.335)	(964.360)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 21)	191.665	(737.979)
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO	**(443.137)**	**(1.740.889)**
LUCRO DO EXERCÍCIO	**1.247.346**	**6.020.270**
Quantidade de ações	248.000,00	248.000,00
Lucro por ação	5,03	24,28

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro do Exercício	**1.247.346**	**6.020.270**
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	-	-
(+/-) Itens que podem ser classificados para a demonstração do resultado	-	-
(+/-) Itens que não podem ser classificados para a demonstração do resultado	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**1.247.346**	**6.020.270**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS))

	CAPITAL	RESERVAS		PREJUÍZOS	RESULTADO
	REALIZADO	LEGAL	DE LUCRO	DO PERÍODO	TOTAIS
Saldos em 31/12/2021	**19.013.700**	**263.750**	**3.758.435**	**-**	**23.035.885**
Aumento de capital:					
Reservas	3.758.435	-	(3.758.435)	-	-
Dividendos	1.252.812	-	-	-	1.252.812
Lucro do Exercício	-	-	-	6.020.270	6.020.270
Destinações:					
Reservas	-	301.013	4.289.442	(4.590.456)	-
Dividendos Obrigatórios	-	-	-	(1.429.814)	(1.429.814)
Saldos em 31/12/2022	**24.024.947**	**564.763**	**4.289.442**	**-**	**28.879.153**
MUTAÇÕES NO PERÍODO	**5.011.247**	**301.013**	**531.007**	**-**	**5.843.268**
Aumento de capital:					
Reservas	4.289.442	-	(4.289.442)	-	-
Dividendos	1.429.814	-	-	-	1.429.814
Lucro do Exercício	-	-	-	1.247.346	1.247.346
Destinações:					
Reservas	-	62.367	888.734	(951.101)	-
Dividendos Obrigatórios	-	-	-	(296.245)	(296.245)
Saldos em 31/12/2023	**29.744.203**	**627.130**	**888.734**	**-**	**31.260.068**
MUTAÇÕES NO PERÍODO	**5.719.256**	**62.367**	**(3.400.708)**	**-**	**2.380.915**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

	31.12.2023	31.12.2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**1.247.346**	**6.020.270**
Depreciações e amortizações (Nota 10 e 11)	2.531.146	2.243.658
Provisões contingenciais (Nota 14)	(72.198)	53.390
Provisão para perda recebimento de crédito (Nota 20 (a) (b)	2.799.406	(2.433.196)
Provisão de multas contratuais, despesas não faturadas e acerto Na Hora (Nota 20)	799.775	(994.529)
Juros de empréstimo	-	24.482
RESULTADO AJUSTADO	**7.305.474**	**4.914.075**
Total das variação nos Ativos	**(10.525.564)**	**4.542.339**
Créditos a Receber	(9.344.713)	4.476.993
Outros Créditos	(712.824)	(534.891)
Estoques	(173.927)	-
Outros ativos circulantes e não circulantes	(294.100)	600.237
Total das variações nos Passivos	**2.126.780**	**(1.035.704)**
Fornecedores	1.563.843	(621.438)
Obrigações Tributarias	2.317.229	1.338.078
Obrigações Trabalhistas	641.661	1.009.631
Outras Obrigações	(8.052)	(5.937)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(2.387.901)	(2.756.038)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(1.093.310)**	**8.420.710**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de imobilizado (Nota 10)	(2.494.329)	(1.998.696)
Alienações/baixas Imobilizado (Nota 10)	20.700	237.636
Aquisição de Intangível (Nota 11)	(180.400)	(363.998)
Alienações/baixas Intangível (Nota 11)	-	735
CAIXA LÍQUIDO APLICADO ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(2.654.029)**	**(2.124.323)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimo	-	(2.624.722)
CAIXA LÍQUIDO ORIGINADO DE FINANCIAMENTOS	**-**	**(2.624.722)**
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**(3.747.339)**	**3.671.665**
MODIFICAÇÕES NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		
Início do Período (Nota 4)	13.251.553	9.579.888
Fim do Período (Nota 4)	9.504.214	13.251.553
Variação Líquida do Caixa e Equivalente de Caixa	**(3.747.339)**	**3.671.665**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

Nota 1 Contexto operacional
A BRB Serviços S/A., "BRB Serviços" ou "Companhia", é integrante do Conglomerado BRB, controlada pela Cartão BRB S/A, constituída em 16 de novembro de 2010, sob a forma de sociedade por ações com personalidade jurídica de direito privado e capital fechado. Com sede no Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco C, Asa Norte, Brasília-DF, tem como objeto social a prestação de serviços a empresas do conglomerado BRB e Órgãos da Administração Pública tais como: serviços de administração; cobrança e recuperação de títulos operações de crédito e similares, multas e dívidas em geral; serviços de recuperação, retomada; avaliação e leilão de bens; prestação de telesserviços incluindo serviços de atendimento a clientes - SAC, teleatendimento, atendimento presencial, telecobrança, telemarketing, contact center e outros serviços relacionados; prestação de serviços de gestão, automação e execução das atividades referente às rotinas de negócios ("back office") como: gestão administrativa e financeira; conciliação; contas a pagar; gestão de recursos humanos; gestão de cadastro de clientes e fornecedores e outras rotinas de negócios, como terceirização de processos - BPO, serviços de manutenção, suporte, soluções e tecnologia da informação em geral, serviços de logística, podendo ainda participar em outras sociedades, ou associações, desde que necessário ao atingimento de seu objeto social.

Nota 2 Apresentação das demonstrações contábeis
a) Apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e o Pronunciamento Técnico de Contabilidade aplicável a Pequenas e Médias Empresas ("CPC-PME"), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Pequenas e Médias Empresas, requer que a Administração utilize julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas incluem teste de recuperabilidade de ativo financeiro básico, o valor residual do ativo imobilizado e do ativo intangível, depreciação do ativo imobilizado, amortização do ativo intangível e a provisão para contingências. A liquidação dessas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos provisionados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente.
As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia no dia 23 de abril de 2024.

Nota 3 Políticas contábeis materiais
a) Base de mensuração
As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, efetuando teste de recuperabilidade nos ativos financeiros básicos, conforme CPC PME. A Companhia mensura ativos financeiros básicos e passivos financeiros básicos, conforme CPC PME, ao custo amortizado deduzido de perda por redução ao valor recuperável.
b) Moeda funcional
Nas demonstrações contábeis, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da BRB Serviços S/A.
c) Caixa e Equivalentes de Caixa
Incluem caixa, contas correntes em instituições financeiras (as disponibilidades) e as aplicações interfinanceiras de liquidez cujo prazo de resgate é inferior a 90 (noventa) dias, com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixas são classificadas na categoria "ativos financeiros ao custo amortizado".
d)Instrumentos Financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente
(i) Ativos Financeiros
Reconhecimento inicial e mensuração
Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, ao custo histórico.
Mensuração subsequente
Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de perda por redução ao valor recuperável, exceto investimentos em ações preferenciais não conversíveis e ações preferenciais ou ordinárias não resgatáveis que são negociadas em mercados organizados (em bolsa de valores, por exemplo) ou cujo valor justo possa ser mensurado de modo confiável sem custo ou esforço excessivo, que são mensuradas ao valor justo com as variações do valor justo reconhecidas no resultado.
A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.
e) Contas a Receber
Os ativos financeiros ao custo amortizado da Companhia referem-se a créditos a receber de comissões dos clientes pelos serviços prestados e estão apresentados pelo valor de realização. A Companhia avalia a redução ao valor recuperável de seus créditos a receber, que quando identificadas são registradas.
f) Imobilizado
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada calculada pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada bem e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando aplicável.
Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são contabilizados como receitas/despesas operacionais no resultado.
g) Intangível
Itens do intangível são reconhecidos quando: i) é ativo não monetário sem substância física; ii) for provável que benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo fluirão para a Companhia, iii) se o valor for mensurado de forma confiável; e se o ativo não resultar de gastos incorridos internamente.
É mensurado pelo custo histórico de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando aplicável.
h) Redução ao valor recuperável de ativos não monetários
Os valores contábeis dos ativos não monetários são revistos a cada data de apresentação das demonstrações para apurar se há indicação de perda no seu valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.
i) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
De acordo com os CPC PME's, a Companhia reconhece uma provisão quando existe uma obrigação presente decorrente de um evento passado, uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na seção 21 do CPC PME do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e consideram premissas definidas pela administração e seus assessores legais, respeitando os seguintes conceitos:
i) Passivos contingentes:
Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e/ou previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas em Notas Explicativas e sem constituição de provisões; e remotas, que não requerem provisão ou divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Os depósitos judiciais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.
ii) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais
As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de seus advogados, e registradas contabilmente de acordo com as regras estabelecidas na seção 21 da NBC TG 1000-Contabilidade para pequenas e médias empresas. A Companhia revisa as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e a cada data de elaboração de relatórios, visando avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações contábeis. Entre os fatores considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão a natureza do litígio, reivindicação ou autuação, o processo judicial e o nível potencial de indenização na jurisdição em que o litígio, reivindicação ou autuação foi interposto, o andamento da ação (incluindo o andamento após a data das demonstrações contábeis, mas antes de serem emitidas), os pareceres ou opiniões dos consultores jurídicos, a experiência em casos semelhantes, e qualquer decisão da Administração da Companhia sobre a forma como ela vai responder ao litígio, reivindicação ou autuação.
j) Passivos circulantes e não circulantes
São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.
k) Tributos
Os tributos são apurados pelo regime de tributação pelo Lucro Real - Pagamento por Estimativa Mensal, e o PIS e o COFINS Cumulativo e não Cumulativo, CPRB, calculados às alíquotas abaixo demonstradas. Consideram para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Tributo:	Alíquota
Imposto de Renda (IR) (*)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda (*)	10,00%
Contribuição Social (CSLL) (*)	9,00%
PIS sobre Receitas Operacionais	0,65%
COFINS sobre Receitas Operacionais	3,00%
PIS sobre Outras Receitas	1,65%
COFINS sobre Outras Receitas	7,60%
PIS sobre Receitas Financeiras	0,65%
COFINS sobre Receitas Financeiras	4,00%
ISS (**)	5,00%
INSS s/ Faturamento (CPRB)	3,00%

(*) os ativos fiscais diferidos foram constituídos com as alíquotas mencionadas, aplicadas sobre as diferenças temporárias entre o lucro real e o contábil. São constituídos créditos tributários de Imposto de Renda (IR), com base em diferenças intertemporais e prejuízo fiscal do IR, à alíquota de 25% e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e base negativa da CSLL à alíquota de 9%.
(**) os serviços de call center e de tecnologia possuem redução da base de cálculo para 40%, tornando a alíquota efetiva para esses serviços 2%.
l) Capital social
As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.
m) Apuração do resultado
i) Reconhecimento de receitas
As receitas de serviços são mensuradas de acordo com os valores definidos nos contratos de prestação de serviços de cada cliente de acordo com a natureza e/ou tipo de serviço e são reconhecidas na competência da prestação de serviço. As receitas não são reconhecidas quando houver uma incerteza significativa de sua realização.
ii) Despesas
As despesas são reconhecidas pelo regime de competência.
iii) Custos
Os custos da prestação de serviços são reconhecidos pelo regime de competência e correspondem basicamente aos gastos com pessoal, comerciais e gerais.
n) Gestão de Riscos
i) Risco com taxa de juros
O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que possam impactar o resultado financeiro da Companhia.
ii) Risco de liquidez
É mínimo o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.
O processo de gerenciamento do risco de liquidez é efetuado por meio do controle diário da composição dos recursos disponíveis em relação aos vencimentos de suas obrigações.
iii) Risco Operacional
Os riscos operacionais estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos. Podem acarretar redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na reputação da Companhia, além de potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.

Juliana Gonçalves Navarro
Diretora Presidente em Exercício

Thiago Rafael Gomes Caraciole
Contador
CRC/DF - 028.250/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço **https://www.brbservicos.com.br/demonstracoes-contabeis/** . O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 26 de abril de 2023, contendo parágrafo de ênfase nas transações com partes relacionadas.

Brasília, 26 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-015199/O

Gilberto Bizerra De Souza
Contador CRC-RJ076328/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da BRB Serviços S.A., em sessão ocorrida nesta data, em observância ao Estatuto Social da Companhia e, em cumprimento às disposições da Lei nº 6.404/76, emitiu o seguinte PARECER: *"O Conselho Fiscal da BRB Serviços S.A. procedeu ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis e tomou conhecimento do Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Com base nos exames efetuados e nas informações analisadas no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionista"*.

Brasília (DF), 23 de abril de 2024.

DANNYEL LOPES DE ASSIS
Presidente

JOÃO BOSCO PRUDENTE
Conselheiro

VITOR PAULO ARAÚJO DOS SANTOS
Conselheiro

MARCELO CHAVES

Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado



@colunamarcelochaves
@marcelochavess
marcelochaves@grupojbr.com



DIA ESPECIAL

Terça-feira especial para a primeira-dama de Goiás, Gracinha Caiado, que completa mais um ano de vida neste dia 30 de abril. Gracinha passa a data em São Paulo, junto com as filhas, e na sequência retorna para Goiânia para receber os parabéns dos amigos no Palácio das Esmeraldas.

Falando na esposa do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, ela promove no mês de junho a tradicional festa junina beneficente Arraiá do Bem, em favor das obras assistenciais da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG). Evento com atrações musicais e apresentações cênicas.

ARQUIVO PESSOAL



A primeira-dama de Goiás, Gracinha Caiado, faz aniversário hoje

Luto

A coluna se solidariza com a amiga relações públicas carioca Márcia Veríssimo pelo falecimento de seu filho Caio Amaro Veríssimo Pollo, ocorrido no último domingo no Rio de Janeiro. O sepultamento foi ontem no Cemitério São João Batista, em Botafogo.

B'day

A empresária Cleucy Oliveira será a perfeita anfitriã do dia. Ela recebe convidadas para celebrar o aniversário da amiga relações públicas Claudia Salomão. Encontro marcado para às 17h, no Unique Espaço de Eventos no Setor de Clubes Esportivos Sul.

Mães

A campanha do Dia das Mães do ParkShopping se estende de hoje até 12 de maio. A cada R$ 600 em compras ganha-se uma bolsa Sephora na cor preta ou off white e um número para concorrer a um Jeep Commander 2024 Limited T270, na cor Azul Jazz bicolor.

Axé

Quem não se recorda da Micarecandanga? Pois é, os saudosos estão ansiosos para o Festival Micarê 2024. Nos dias 3 e 4 de maio, a capital receberá nomes como Bell Marques, Durval Lelys, Tuca Fernandes, entre outros, em um complexo ao lado da Arena BRB.

Histórias...

Repercutiu em todo o país a história da socialite carioca Regina Lemos, que acusa o ex-motorista José Marcos Chaves Ribeiro de cárcere privado e de se passar por seu marido. Regina é moradora do célebre edifício Chopin, ao lado do Copacabana Palace, no Rio.

...que...

A coluna esteve presente em uma das últimas festas realizadas pela socialite em seu apartamento, com a presença de nomes famosos do Rio. O evento, regado a champanhe, foi promovido horas antes de uma das edições do baile carnavalesco do Copacabana Palace.

...se...

Falando em Regina, Brasília teve um caso parecido, onde uma ministra — recém-falecida em um episódio que até hoje gera especulações — teve sua herança reivindicada por um ex-motorista que apareceu com um contrato de união estável alegando ser marido da falecida.

...repetem

Com incontáveis obras de artes, em especial quadros dos mais renomados pintores brasileiros, que ornamentavam o duplex da falecida ministra, na Asa Sul, a herança dela após ações na justiça ficou com o irmão. Já o motorista foi preso por outros crimes.

ARQUIVO PESSOAL



Dupla inspiração

Sandra Soares Costa e **Lídia Abdalla** (*foto*) contam suas trajetórias em livros de experiências que ensinam e inspiram pessoas. É o que vamos encontrar no livro *Mulheres no Conselho - Volume 2 - Edição Poder de História*, com capítulo escrito por Sandra Costa, cofundadora e presidente do Conselho de Administração do Grupo Sabin.

Já o livro *Mulheres na Saúde - Histórias Inspiradoras* teve contribuição da presidente executiva do Grupo Sabin, Lídia Abdalla. As duas aguardadas publicações da Editora Leader serão lançadas no próximo dia 6 de maio, com noite de autógrafos a partir das 19h, na Livraria da Travessa, localizada no Casapark Shopping, em Brasília.

Em seu capítulo, Sandra compartilha sua experiência e visão única que promete inspirar todos os leitores sobre o poder e a importância das mulheres nos conselhos de administração. Já Lídia Abdalla traz inúmeros relatos de sua aplaudida carreira que a levou a trilhar um caminho de sucesso na área da saúde no Distrito Federal.

WEY ALVES



Empresária Alva Pinheiro com o amigo aniversariante César Santos em noite de festa no restaurante El Paso Texas

Estado...

Dados recentes do Registro Civil apontam para uma tendência preocupante: o aumento significativo do número de divórcios em relação aos casamentos no Brasil. Em 2022, foram registrados 970 mil casamentos, enquanto 420 mil divórcios foram formalizados no mesmo período.

...civil

Essa comparação revela uma realidade em que um divórcio ocorre para cada dois casamentos. Sucesso nas redes sociais com mais de 3 milhões de seguidores, o casal de influenciadores Dea e Jal assinam o livro *21 Hábitos para Apimentar o Relacionamento*.